

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	9
Demonstração do Fluxo de Caixa	10

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018	12
DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017	13
Demonstração do Valor Adicionado	14
Comentário do Desempenho	15
Notas Explicativas	24

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	68
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	70
Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)	71
Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)	72
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	73
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	74

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2018
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	73.478.111
Preferenciais	139.432.535
Total	212.910.646
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	13/06/2018	Dividendo	28/06/2018	Ordinária		0,11568
Reunião do Conselho de Administração	13/06/2018	Dividendo	28/06/2018	Preferencial		0,11568
Reunião do Conselho de Administração	08/08/2018	Dividendo	31/08/2018	Ordinária		0,58533
Reunião do Conselho de Administração	08/08/2018	Dividendo	31/08/2018	Preferencial		0,58533

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1	Ativo Total	6.239.991	5.917.524
1.01	Ativo Circulante	1.715.692	1.624.445
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	19.622	243.496
1.01.02	Aplicações Financeiras	270.849	113.679
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	270.849	113.679
1.01.03	Contas a Receber	750.381	649.143
1.01.03.01	Clientes	744.111	643.382
1.01.03.01.01	Consumidores e concessionárias	744.111	643.382
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	6.270	5.761
1.01.03.02.01	Titulos de créditos a receber	6.270	5.761
1.01.04	Estoques	16.933	15.362
1.01.06	Tributos a Recuperar	160.259	130.617
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	497.648	472.148
1.01.08.03	Outros	497.648	472.148
1.01.08.03.02	Ativos financeiros setoriais	229.997	177.455
1.01.08.03.03	Outros créditos	267.651	294.693
1.02	Ativo Não Circulante	4.524.299	4.293.079
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.561.505	2.423.890
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	54.429	65.024
1.02.01.04	Contas a Receber	231.586	187.430
1.02.01.04.01	Clientes	231.586	187.430
1.02.01.07	Tributos Diferidos	77.080	139.437
1.02.01.07.01	Créditos Tributários	77.080	139.437
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	2.198.410	2.031.999
1.02.01.10.03	Depósitos judiciais	16.052	6.927
1.02.01.10.04	Tributos a recuperar	49.383	40.180
1.02.01.10.05	Ativos financeiros setoriais	96.820	74.201
1.02.01.10.06	Instrumentos financeiros derivativos	65.491	25.827
1.02.01.10.07	Contas a receber da concessão	1.915.113	1.827.340
1.02.01.10.08	Títulos de créditos a receber	12.838	14.570
1.02.01.10.09	Outros créditos	42.713	42.954
1.02.02	Investimentos	6.232	6.232
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	6.232	6.232
1.02.03	Imobilizado	12.457	13.818
1.02.04	Intangível	1.944.105	1.849.139
1.02.04.01	Intangíveis	1.944.105	1.849.139

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2	Passivo Total	6.239.991	5.917.524
2.01	Passivo Circulante	1.498.838	1.597.969
2.01.02	Fornecedores	550.841	465.802
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	275.728	408.734
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	260.237	335.986
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	260.237	335.986
2.01.04.02	Debêntures	15.491	72.748
2.01.05	Outras Obrigações	672.269	723.433
2.01.05.02	Outros	672.269	723.433
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	287	13.929
2.01.05.02.04	Impostos e contribuições sociais	144.972	122.929
2.01.05.02.05	Contribuição de iluminação pública	19.415	18.728
2.01.05.02.07	Encargos setoriais	123.358	133.069
2.01.05.02.08	Benefícios pós emprego	5.658	5.658
2.01.05.02.09	Obrigações estimadas	22.187	17.404
2.01.05.02.10	Passivos financeiros setoriais	205.007	215.844
2.01.05.02.11	Incorporação de redes	43.329	86.988
2.01.05.02.12	Encargos de dívidas	20.588	8.986
2.01.05.02.13	Instrumentos financeiros derivativos	9.759	9.403
2.01.05.02.14	Parcelamento de impostos	97	222
2.01.05.02.15	Outros passivos	77.612	90.273
2.02	Passivo Não Circulante	2.986.054	2.520.707
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.426.363	1.909.722
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.656.083	1.448.142
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.347.015	1.258.690
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	309.068	189.452
2.02.01.02	Debêntures	770.280	461.580
2.02.02	Outras Obrigações	440.560	486.433
2.02.02.02	Outros	440.560	486.433
2.02.02.02.03	Fornecedores	19.508	78.031
2.02.02.02.04	Impostos e Contribuições sociais	114.136	83.960
2.02.02.02.06	Benefícios pós emprego	42.649	39.820
2.02.02.02.09	Encargos setoriais	75.535	106.492
2.02.02.02.10	Passivos financeiros setoriais	71.494	65.035
2.02.02.02.11	Incorporação de redes	98.917	98.917
2.02.02.02.12	Instrumentos financeiros derivativos	140	0
2.02.02.02.20	Outros Passivos	18.181	14.178
2.02.04	Provisões	119.131	124.552
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	119.131	124.552
2.03	Patrimônio Líquido	1.755.099	1.798.848
2.03.01	Capital Social Realizado	1.514.569	1.514.569
2.03.04	Reservas de Lucros	12.273	199.548
2.03.04.01	Reserva Legal	12.273	12.273
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	0	187.275
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	152.200	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	93.254	101.928

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-17.197	-17.197

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.072.699	2.091.576	944.272	1.768.998
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-877.117	-1.617.906	-798.959	-1.505.038
3.02.01	Energia elétrica comprada para revenda	-543.015	-1.013.921	-471.933	-906.439
3.02.02	Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	-65.102	-128.888	-30.350	-72.754
3.02.03	Pessoal e administradores	-41.637	-82.561	-38.782	-78.297
3.02.04	Entidade de previdência privada	-624	-1.253	-614	-1.314
3.02.05	Material	-7.161	-17.753	-8.495	-16.932
3.02.06	Serviços de terceiros	-27.952	-63.399	-25.308	-52.931
3.02.07	Depreciação e amortização	-41.730	-100.828	-34.480	-70.956
3.02.08	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-12.475	-20.715	-18.113	-31.195
3.02.09	Custo de construção	-135.895	-182.617	-168.415	-269.866
3.02.10	Outros	-1.526	-5.971	-2.469	-4.354
3.03	Resultado Bruto	195.582	473.670	145.313	263.960
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-54.271	-107.017	-59.471	-79.887
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-40.501	-84.073	-43.685	-80.561
3.04.02.01	Pessoal e administradores	-4.311	-3.684	766	-961
3.04.02.02	Entidade de previdência privada	-188	-2.022	-989	-2.199
3.04.02.03	Material	-1.114	-1.995	-867	-1.792
3.04.02.04	Serviços de terceiros	-23.076	-52.485	-26.085	-45.218
3.04.02.05	Depreciação e amortização	-3.723	-7.452	-3.674	-7.873
3.04.02.06	Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	5.676	6.449	-2.382	-1.741
3.04.02.07	Outras	-13.765	-22.884	-10.454	-20.777
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	4.734	9.979	9.798	38.375
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-18.504	-32.923	-25.584	-37.701
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	141.311	366.653	85.842	184.073
3.06	Resultado Financeiro	-66.494	-122.743	-29.151	-71.629
3.06.01	Receitas Financeiras	30.234	58.287	26.439	62.837
3.06.01.01	Receita de aplicação financeira	6.620	11.522	9.489	24.107

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
3.06.01.02	Acréscimo moratória de energia vendida	19.128	38.955	15.464	31.622
3.06.01.04	Tributos s/ receita financeira	-1.471	-2.837	-1.664	-5.226
3.06.01.06	Atualização de ativo financeiro setorial	1.853	1.290	369	1.973
3.06.01.07	Ajuste a valor presente	61	114	443	873
3.06.01.08	Outras receitas financeiras	4.043	9.243	2.338	9.488
3.06.02	Despesas Financeiras	-96.728	-181.030	-55.590	-134.466
3.06.02.01	Encargos da dívida - juros	-42.771	-86.318	-38.520	-83.501
3.06.02.02	Variação monetária/ cambial da dívida	-48.566	-57.654	-20.024	-32.433
3.06.02.03	Juros/ Multa	23.164	0	0	0
3.06.02.04	Marcação a mercado derivativos	-13.707	-11.978	-4.265	-4.251
3.06.02.05	Marcação a mercado dívida	3.121	5.901	-4.752	-4.767
3.06.02.06	Atualização de passivo financeiro setorial	-584	-4.909	-2.489	-7.517
3.06.02.07	Atualização P&D e PEE	-958	3.994	-2.049	-4.367
3.06.02.08	Atualização contingência	-614	-1.028	-571	-959
3.06.02.09	Instrumentos financeiros	43.505	44.844	7.781	7.592
3.06.02.10	Transferência para ordem em curso	-9.520	-9.639	236	583
3.06.02.11	Ajuste a valor presente	198	1.365	7.131	12.137
3.06.02.12	Outras despesas financeiras	-49.996	-65.608	1.932	-16.983
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	74.817	243.910	56.691	112.444
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-20.068	-64.128	-7.189	-22.295
3.08.01	Corrente	1.249	-1.771	-10.560	-27.460
3.08.02	Diferido	-21.317	-62.357	3.371	5.165
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	54.749	179.782	49.502	90.149
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	54.749	179.782	49.502	90.149
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,00024	0,00079	0,00022	0,00040
3.99.01.02	PN	0,00027	0,00087	0,00024	0,00044

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,00024	0,00079	0,00022	0,00040
3.99.02.02	PN	0,00027	0,00087	0,00024	0,00044

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	54.749	179.782	49.502	90.149
4.03	Resultado Abrangente do Período	54.749	179.782	49.502	90.149

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	224.775	266.903
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	404.885	298.854
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	179.782	90.149
6.01.01.02	Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	64.128	22.295
6.01.01.03	Despesas com juros, variações monetárias e cambiais - líquidas	185.863	91.391
6.01.01.04	Depreciação e amortização	108.280	78.829
6.01.01.05	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	20.715	31.195
6.01.01.06	Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	-6.449	1.741
6.01.01.07	Marcação a mercado da dívida	-5.901	4.767
6.01.01.08	Instrumentos financeiros derivativos e marcação a mercado - SWAP	-44.844	-7.592
6.01.01.09	Valor justo do ativo financeiro indenizável da concessão	-131.611	-17.498
6.01.01.10	Perda na alienação de bens do imobilizado	22.944	17.886
6.01.01.11	Marcação a mercado derivativos	11.978	4.251
6.01.01.12	(Ganho) na alienação da aeronave	0	-18.560
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-180.110	-31.951
6.01.02.01	(Aumento) de consumidores e concessionárias	-96.698	-96.536
6.01.02.02	Aumento) Diminuição de títulos de créditos a receber	-64.845	1.570
6.01.02.03	(Aumento) de estoques	-1.571	-1.546
6.01.02.07	(Aumento) de cauções, depósitos vinculados e judiciais	-9.125	-164
6.01.02.08	(aumento) Diminuição de ativos financeiros setoriais	-73.871	51.858
6.01.02.09	(Aumento) de tributos a recuperar	-38.845	-20.257
6.01.02.10	Diminuição (aumento) de outros créditos a receber	2.985	-12.657
6.01.02.11	Aumento de fornecedores	69.282	12.649
6.01.02.14	Aumento de impostos e contribuições sociais	68.274	32.774
6.01.02.15	Imposto de renda e contribuição social pagos	-10.502	-19.697
6.01.02.16	Aumento Obrigações estimadas	4.783	3.599
6.01.02.19	(Diminuição) aumento de passivos financeiros setoriais	-9.287	4.663
6.01.02.20	(Diminuição) Aumento de outras contas a pagar	-20.690	11.793
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-279.714	-7.725
6.02.01	Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	-135.053	189.195
6.02.03	Aplicações no intangível e imobilizado	-195.097	-215.073
6.02.05	Alienação de bens do imobilizado e intangível	50.436	18.153
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-168.935	-346.020
6.03.01	Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures e parcelamentos - principal	-540.282	-314.904
6.03.03	Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures e parcelamentos - juros	-58.363	-85.450
6.03.04	Liquidação de instrumentos financeiros derivativos	-6.302	1.261
6.03.06	Pagamento de parcelamento de impostos	-127	-159
6.03.07	Parcelamento de parcelamento de taxas regulamentares	-27.388	-32.256
6.03.08	Pagamento de parcelamento de Itaipu	-64.745	-90.825
6.03.09	Pagamento de parcelamento de incorporação de redes	-96.588	-46.966
6.03.10	Pagamento de dividendos	-237.173	-20.688
6.03.11	Novos empréstimos e financiamentos	862.033	243.967

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-223.874	-86.842
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	243.496	173.495
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	19.622	86.653

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.514.569	0	199.548	0	84.731	1.798.848
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.514.569	0	199.548	0	84.731	1.798.848
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-187.275	-36.256	0	-223.531
5.04.06	Dividendos	0	0	-198.900	-24.631	0	-223.531
5.04.08	Transferência de reservas	0	0	11.625	-11.625	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	179.782	0	179.782
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	179.782	0	179.782
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	8.674	-8.674	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	13.143	-13.143	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-4.469	4.469	0
5.07	Saldos Finais	1.514.569	0	12.273	152.200	76.057	1.755.099

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.469.786	0	213.234	0	110.589	1.793.609
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.469.786	0	213.234	0	110.589	1.793.609
5.04	Transações de Capital com os Sócios	44.783	0	-44.783	0	0	0
5.04.01	Aumentos de Capital	44.783	0	-44.783	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	90.149	0	90.149
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	90.149	0	90.149
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	10.236	-10.236	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	14.750	-14.750	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-4.514	4.514	0
5.07	Saldos Finais	1.514.569	0	168.451	100.385	100.353	1.883.758

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
7.01	Receitas	3.164.086	2.806.942
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	3.001.844	2.529.312
7.01.02	Outras Receitas	9.979	38.375
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	172.978	270.450
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-20.715	-31.195
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.631.813	-1.530.353
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-1.256.244	-1.078.926
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-139.858	-119.112
7.02.04	Outros	-235.711	-332.315
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.532.273	1.276.589
7.04	Retenções	-108.280	-78.829
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-108.280	-78.829
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.423.993	1.197.760
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	61.124	67.667
7.06.02	Receitas Financeiras	61.124	67.667
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.485.117	1.265.427
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.485.117	1.265.427
7.08.01	Pessoal	73.413	67.079
7.08.01.01	Remuneração Direta	46.159	39.307
7.08.01.02	Benefícios	21.950	22.192
7.08.01.03	F.G.T.S.	5.304	5.580
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.059.102	971.873
7.08.02.01	Federais	463.375	413.109
7.08.02.02	Estaduais	594.786	557.970
7.08.02.03	Municipais	941	794
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	172.820	136.326
7.08.03.01	Juros	171.391	135.049
7.08.03.02	Aluguéis	1.429	1.277
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	179.782	90.149
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	179.782	90.149

Comentário do Desempenho

Comentário de Desempenho | Resultados do 2º trimestre de 2018

Cuiabá, 8 de agosto de 2018 - A Administração da Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A (“Energisa Mato Grosso”, “EMT” ou “Companhia”) apresenta os resultados do segundo trimestre (“2T18”) e dos primeiros seis meses de 2018 (“6M18”). As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado o contrário, são apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards - IFRS).

1 Considerações gerais

A Energisa Mato Grosso é uma distribuidora de energia elétrica que atende a 1.378,9 mil clientes e uma população de aproximadamente 3,2 milhões de habitantes em 141 municípios do Estado do Mato Grosso, em uma área de 903.378 Km². A Companhia foi novamente destaque no Prêmio Abradee 2018, ao vencer na categoria “Melhor Distribuidora do Norte/Centro-Oeste”. O prêmio foi entregue pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica em 19 de julho último, no auditório da Confederação Nacional da Indústria.

2 Desempenho econômico-financeiro

2.1 Destaques

Resume-se a seguir o desempenho econômico-financeiro da Companhia:

Desempenho Econômico-Financeiro						
Resultados - R\$ milhões						
Descrição	2T18	2T17 (Ajustado)	Var. %	6M18	6M17 (Ajustado)	Var. %
Receita Operacional Bruta	1.643,4	1.490,6	+ 10,3	3.175,0	2.799,2	+ 13,4
Receita Operacional Bruta, sem receita de construção	1.507,5	1.322,2	+ 14,0	2.992,4	2.529,3	+ 18,3
Receita Operacional Líquida	1.072,7	944,3	+ 13,6	2.091,6	1.769,0	+ 18,2
Receita Operacional Líquida, sem receita de construção	936,8	775,9	+ 20,7	1.909,0	1.499,1	+ 27,3
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras (EBIT)	141,3	85,8	+ 64,7	366,7	184,1	+ 99,2
EBITDA	186,8	124,1	+ 50,5	474,9	262,8	+ 80,7
EBITDA Ajustado	205,9	139,6	+ 47,5	513,9	294,4	+ 74,6
Resultado financeiro	(66,5)	(29,2)	+ 127,7	(122,7)	(71,6)	+ 71,4
Lucro Líquido	54,7	49,5	+ 10,5	179,8	90,1	+ 99,6
Indicadores Operacionais						
Número de Consumidores Cativos (mil)	1.378,9	1.343,6	+ 2,6	1.378,9	1.343,6	+ 2,6
Vendas de energia a consumidores cativos (GWh)	1.731,3	1.741,9	- 0,6	3.455,3	3.384,1	+ 2,1
Vendas de energia a consumidores cativos + livres (TUSD) - (GWh)	2.103,8	2.096,6	+ 0,3	4.181,5	4.061,8	+ 2,9
Indicador Relativo						
EBITDA Ajustado/Receita Líquida (%)	19,2	14,8	+ 4,4 p.p	24,6	16,6	+ 8,0 p.p
Indicadores Financeiros - R\$ milhões						
	30/06/2018	31/12/2017	Var. %			
Ativo Total	6.240,0	5.917,5	+ 5,4			
Caixa/Equivalentes de Caixa/Aplicações Financeiras	344,9	422,2	- 18,3			
Patrimônio Líquido	1.755,1	1.798,8	- 2,4			
Endividamento Líquido	2.448,2	2.155,6	+ 13,6			

Obs.: EBITDA Ajustado: EBITDA mais acréscimos moratórios de contas de energia.

2.2 Receita operacional bruta e líquida

No 2T18, a receita operacional líquida, sem a receita de construção, totalizou R\$ 936,8 milhões, o que representa aumento de 20,7% (ou R\$ 160,9 milhões) em relação aos R\$ 775,9 milhões registrados no 2T17. No acumulado em 6M18, a receita operacional líquida, também deduzida das receitas de construções, atingiu R\$ 1.909,0 milhões, ou seja, 27,3% maior (ou R\$ 409,9 milhões) em relação a verificada em 6M17.

Comentário do Desempenho

Dentre os fatores que favoreceram as receitas se destacam:

- Aumento de 11,0% (R\$ 120,6 milhões) nas receitas no mercado cativo no 2T18 em relação ao 2T17 (aumento de 5,5% ou R\$ 118,4 milhões em 6M18 sobre 6M17);
- Aumento de R\$ 12,0 milhões na constituição (líquida da amortização) da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A (CVA) em relação ao 2T17 (aumento de R\$ 163,9 milhões em 6M18 sobre 6M17);
- Incremento de R\$ 31,7 milhões no VNR - ativo financeiro indenizável no 2T18 em relação ao 2T17 (aumento de R\$ 114,1 milhões em 6M18 sobre 6M17).

A seguir, as receitas operacionais por classe de consumo:

Receita operacional por classe de consumo Descrição (R\$ milhões)	Trimestre			Semestre		
	2T18	2T17 (Ajustado)	Var. %	6M18	6M17 (Ajustado)	Var. %
(+) Receita de energia elétrica (mercado cativo)	1.213,4	1.092,8	+ 11,0	2.253,8	2.135,4	+ 5,5
Residencial	509,3	456,4	+ 11,6	961,8	891,2	+ 7,9
Industrial	124,0	113,6	+ 9,2	222,6	219,3	+ 1,5
Comercial	304,2	275,1	+ 10,6	571,6	548,1	+ 4,3
Rural	147,4	127,7	+ 15,4	267,8	247,1	+ 8,4
Outras classes	128,5	120,0	+ 7,1	230,0	229,7	+ 0,1
(+) Suprimento de energia elétrica	54,4	39,3	+ 38,4	76,0	81,6	- 6,9
(+) Fornecimento não faturado líquido	(11,7)	1,7	-	35,5	4,5	+ 688,9
(+) Disponibilidade do sistema elétrico	117,9	117,9	-	221,9	217,0	+ 2,3
(+) Receitas de construção	135,9	168,4	- 19,3	182,6	269,9	- 32,3
(+) Constituição e amortização - CVA	13,3	1,3	+ 923,1	107,4	(56,5)	-
(+) Subvenções vinculadas aos serviços concedidos	81,3	66,0	+ 23,2	152,2	126,4	+ 20,4
(+) Ativo financeiro indenizável da concessão	33,3	1,6	+ 1.981,3	131,6	17,5	+ 652,0
(+) Outras receitas	5,6	1,6	+ 250,0	14,0	3,4	+ 311,8
(=) Receita bruta	1.643,4	1.490,6	+ 10,3	3.175,0	2.799,2	+ 13,4
(-) Impostos sobre vendas	454,2	407,9	+ 11,4	861,5	786,8	+ 9,5
(-) Deduções bandeiras tarifárias	(1,0)	40,5	-	(9,5)	41,4	-
(-) Encargos setoriais	117,5	97,9	+ 20,0	231,4	202,0	+ 14,6
(=) Receita líquida	1.072,7	944,3	+ 13,6	2.091,6	1.769,0	+ 18,2
(-) Receitas de construção	135,9	168,4	- 19,3	182,6	269,9	- 32,3
(=) Receita líquida, sem receitas de construção	936,8	775,9	+ 20,7	1.909,0	1.499,1	+ 27,3

2.3 Ambiente regulatório

2.3.1 Conta de Compensação dos Valores da Parcela A (CVA)

No 2T18, foi possível observar um aumento de R\$ 12,0 milhões na constituição (líquida da amortização) da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A (CVA) em relação ao 2T17. Em 6M18, o acréscimo foi de R\$ 163,9 milhões na constituição (líquida da amortização) da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A (CVA) em relação aos 6M17. Vale lembrar que no 1T18, houve recontabilização da CVA (receita de R\$ 55,4 milhões). Esse montante foi apurado durante o processo de revisão tarifária da distribuidora, homologado em abril de 2018.

A CVA é o mecanismo regulatório instituído pela Portaria Interministerial nº 25/02, destinado a registrar as variações de custos relacionados à compra de energia, transporte de energia e encargos setoriais, ocorridas no período entre os eventos tarifários da distribuidora. O objetivo deste mecanismo é neutralizar os efeitos desses custos, denominados de “Parcela A” e de repasse tarifário integral assegurado, sobre o resultado da distribuidora.

2.3.2 Bandeiras tarifárias

Em janeiro de 2015, entrou em prática nas contas de energia elétrica o “Sistema de Bandeiras Tarifárias”. As receitas auferidas pela Companhia provenientes das bandeiras tarifárias no 2T18 foram de R\$ 22,9 milhões (R\$ 38,8 milhões em 6M18), ante R\$ 1,3 milhão de reversão no 2T17 (R\$ 3,6 milhões em 6M17).

Comentário do Desempenho

2.4 Revisão tarifária

Em 3 de abril de 2018, a Aneel aprovou a 4ª revisão tarifária periódica da Energisa Mato Grosso, a ser aplicada a partir de 8 de abril de 2018. O efeito médio percebido pelos consumidores em relação à tarifa anteriormente praticada foi um aumento de 11,53% para os clientes da EMT, sendo 13,98% para os consumidores de baixa tensão e de 5,94% para os consumidores de alta e média tensão.

No processo de Revisão Tarifária Periódica, que se dá a cada cinco anos, a Aneel recalcula (i) os custos regulatórios passíveis de gerenciamento pela distribuidora (Parcela B), (ii) os custos não gerenciáveis (Parcela A), que englobam a energia comprada, o transporte da energia e os encargos setoriais, e (iii) os ajustes financeiros da Parcela A que são atualizados com base na variação de preços verificada nos doze meses anteriores.

A Base de Remuneração Regulatória da distribuidora ficou assim definida:

Base de Remuneração Regulatória	Valor (R\$ milhões)
Bruta	5.186,9
Líquida	3.459,8

A Aneel também estabeleceu as parcelas relativas ao Fator X da EMT em 1,48% (componente “Pd” - ganhos de produtividade) e -1,21% (componente “T” - trajetória de adequação de custos operacionais). A esses percentuais ainda foi considerado o componente “Q” (qualidade), de 0,13%. Adicionalmente, em relação ao reconhecimento das perdas regulatórias, abaixo os percentuais definidos:

Perdas Regulatórias	%
Perda Técnica/Energia Injetada	10,04
Perda Não Técnica/Energia Injetada	3,71
Perda Total/Energia Injetada ¹	13,75
Perdas Não Técnicas / Mercado de Baixa Tensão ¹	7,11

¹ Para esse valor será aplicada trajetória até o final do ciclo.

Seguem abaixo os principais componentes do reposicionamento tarifário acima mencionado:

Componentes do reposicionamento tarifário	R\$ milhões
Encargos Setoriais	660,8
Transporte de Energia	256,9
Energia Comprada	1.720,8
Parcela A	2.638,5
Custos Operacionais	640,3
Receitas Irrecuperáveis	22,7
Remuneração do Capital	463,7
Quota de Reintegração Regulatória	191,9
Custo anual das instalações móveis e imóveis (CAIMI)	96,0
Parcela B (VPB)	1.414,5
Fator X Pd (Índice de Produtividade da Parcela B)	1,48%
Fator X Q (Mecanismo de Incentivo à Qualidade)	0,13%
Parcela B (com ajustes)	1.391,8
Receita Requerida = Parcela A + Parcela B	4.030,2
Outras Receitas	17,3
Parcela B (deduzida de Outras Receitas)	1.374,5
Componentes Financeiros	70,7
Efeito Médio a ser percebido pelo consumidor	11,53%

Comentário do Desempenho

2.4.1 Recursos da Conta de Desenvolvimento Energético

A Aneel também homologou recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), repassados a Energisa Mato Grosso, referentes a subsídios tarifários concedidos aos consumidores de baixa renda e usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica no montante de R\$ 81,3 milhões (R\$ 152,2 milhões em 6M18), contra R\$ 66,0 milhões no 2T17 (R\$ 126,4 milhões em 6M17). O valor foi registrado pela Companhia como receita operacional no segundo trimestre de 2018.

2.5 Despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais, excluindo os custos de construção, totalizaram R\$ 795,5 milhões no 2T18, aumento de 15,3% (R\$ 105,4 milhões), quando comparado com o mesmo trimestre de 2017. Em 6M18, totalizaram R\$ 1.542,3 milhões, contra R\$ 1.315,0 milhões em 6M17. A composição das despesas operacionais pode ser assim demonstrada:

Composição das despesas operacionais Valores em R\$ milhões	Trimestre			Semestre		
	2T18	2T17 (Ajustado)	Var. %	6M18	6M17 (Ajustado)	Var. %
1 Custos e Despesas não controláveis	608,1	502,3	+ 21,1	1.142,8	979,2	+ 16,7
1.1 Energia comprada	543,0	471,9	+ 15,1	1.013,9	906,4	+ 11,9
1.2 Transporte de potência elétrica	65,1	30,4	+ 114,1	128,9	72,8	+ 77,1
2 Custos e Despesas controláveis	128,1	133,8	- 4,3	268,3	257,7	+ 4,1
2.1 PMSO	121,3	113,3	+ 7,1	254,0	224,8	+ 13,0
2.1.1 Pessoal	45,9	38,0	+ 20,8	86,2	79,3	+ 8,7
2.1.2 Fundo de pensão	0,8	1,6	- 50,0	3,3	3,5	- 5,7
2.1.3 Material	8,3	9,4	- 11,7	19,7	18,7	+ 5,3
2.1.4 Serviços de terceiros	51,0	51,4	- 0,8	115,9	98,1	+ 18,1
2.1.5 Outras	15,3	12,9	+ 18,6	28,9	25,2	+ 14,7
✓ Multas e compensações	1,3	3,4	- 61,8	6,5	8,3	- 21,7
✓ Contingências (liquidação de ações cíveis)	10,2	7,0	+ 45,7	14,1	12,9	+ 9,3
✓ Outros	3,8	2,5	+ 52,0	8,3	4,0	+ 107,5
2.2 Provisões/Reversões	6,8	20,5	- 66,8	14,3	32,9	- 56,5
2.2.1 Contingências	(5,7)	2,4	-	(6,4)	1,7	-
2.2.2 Devedores duvidosos	12,5	18,1	- 30,9	20,7	31,2	- 33,7
3 Demais receitas/despesas	59,3	54,0	+ 9,8	131,2	78,1	+ 68,0
3.1 Depreciação e amortização	45,5	38,2	+ 19,1	108,3	78,8	+ 37,4
3.2 Outras receitas/despesas	13,8	15,8	- 12,7	22,9	(0,7)	-
Total Custos e Despesas Operacionais (1+2+3, s/ construção)	795,5	690,1	+ 15,3	1.542,3	1.315,0	+ 17,3
Custo de construção ⁽¹⁾	135,9	168,4	- 19,3	182,6	269,9	- 32,3
Total Custos e Despesas Operacionais (1+2+3, c/ construção)	931,4	858,5	+ 8,5	1.724,9	1.584,9	+ 8,8

⁽¹⁾ Os custos de construção estão representados pelo mesmo montante em receita de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem aos custos de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica, sendo o custo de construção igual à receita de construção.

2.6 Lucro líquido e geração de caixa

No 2T18, a Energisa Mato Grosso registrou lucro líquido de R\$ 54,7 milhões, contra R\$ 49,5 milhões no 2T17, o que representa aumento de 10,5%. Importante também ressaltar que o lucro líquido no primeiro trimestre do ano passado está afetado positivamente por receita, líquida de impostos, no valor de R\$ 18,6 milhões, referentes à alienação de aeronave.

Em 6M18, o lucro líquido totalizou R\$ 179,8 milhões, ou seja, 99,6% maior em relação ao obtido em 6M17. Esse desempenho decorre, principalmente, dos fatores mencionados no item 2.2, relativos ao crescimento das receitas operacionais. Por sua vez, a geração ajustada de caixa (EBITDA Ajustado) atingiu de R\$ 205,9 milhões no trimestre, contra R\$ 139,6 milhões registrados no 2T17, acréscimo de 47,5%. Em 6M18, o EBITDA Ajustado totalizou R\$ 513,9 milhões, aumento de 74,6%.

Comentário do Desempenho

A evolução do lucro líquido e da geração de caixa da Companhia é a seguinte:

Composição da Geração de Caixa Valores em R\$ milhões	Trimestre			Semestre		
	2T18	2T17 (Ajustado)	Var. %	6M18	6M17 (Ajustado)	Var. %
(=) Lucro Líquido	54,7	49,5	+ 10,5	179,8	90,1	+ 99,6
(-) Contribuição social e imposto de renda	(20,1)	(7,2)	+ 179,2	(64,1)	(22,3)	+ 187,4
(-) Resultado financeiro	(66,5)	(29,2)	+ 127,7	(122,7)	(71,6)	+ 71,4
(-) Depreciação e amortização	(45,5)	(38,2)	+ 19,1	(108,3)	(78,8)	+ 37,4
(=) Geração de caixa (EBITDA)	186,8	124,1	+ 50,5	474,9	262,8	+ 80,7
(+) Receita de acréscimos moratórios	19,1	15,5	+ 23,2	39,0	31,6	+ 23,4
(=) Geração ajustada de caixa (EBITDA Ajustado)	205,9	139,6	+ 47,5	513,9	294,4	+ 74,6
Margem do EBITDA Ajustado (%)	19,2	14,8	+ 4,4 p.p	24,6	16,6	+ 8,0 p.p

3 Investimentos

No 2T18, a EMT investiu R\$ 167,7 milhões, dos quais R\$ 155,6 milhões em ativos elétricos. Os investimentos em ativos elétricos (excluindo os recursos provenientes das Obrigações Especiais) estão focados na expansão e reforço da rede elétrica, bem como na melhoria contínua da qualidade de energia fornecida. Os investimentos realizados nos primeiros seis meses de 2018 e 2017 estão descritos a seguir:

Descrição Valores em R\$ milhões	Trimestre			Semestre		
	2T18	2T17	Variação %	6M18	6M17	Variação %
Ativos Elétricos	155,6	163,5	- 4,8	204,6	260,2	- 21,4
Obrigações Especiais (*)	3,1	90,3	- 96,6	73,9	106,9	- 30,9
Ativos Não Elétricos	9,0	2,7	+ 233,3	11,2	6,7	+ 67,2
Total dos Investimentos	167,7	256,5	- 34,6	289,7	373,8	- 22,5

(*) As "Obrigações Especiais" são recursos aportados pela União, Estados, Municípios e Consumidores para a concessão e não compõe a Base de Remuneração Regulatória da distribuidora.

4 Desempenho operacional

A manutenção da qualidade da energia fornecida e a busca da excelência no atendimento aos consumidores tem sido foco constante da EMT.

4.1 Perdas de energia

A EMT apresenta queda de 0,31 ponto percentual nos últimos 12 meses encerrados em junho de 2018 em relação a junho de 2017 e após seis trimestres consecutivos de redução das perdas totais, a EMT apresentou leve aumento de 0,34 ponto percentual nas perdas totais em relação a março de 2018. Esse aumento deve-se, principalmente, as oscilações na energia não faturada, dada a greve dos caminhoneiros, ocorrida na segunda quinzena de maio. As variações no mercado total, incluindo o mercado não faturado, alteram os valores percentuais de perdas. Nos últimos 12 meses, o comportamento das perdas de energia da Companhia foi o seguinte:

Últimos 12 meses

Perdas Técnicas (%)			Perdas Não Técnicas (%)			Perdas Totais (%)			Aneel
Jun/17	Mar/18	Jun/18	Jun/17	Mar/18	Jun/18	Jun/17	Mar/18	Jun/18	
9,92	9,38	9,45	5,07	4,96	5,23	14,99	14,34	14,68	13,70

Nota: Para cálculo dos percentuais apresentados acima, foram considerados os valores de energia não faturada.

Perdas Técnicas (GWh)			Perdas Não Técnicas (GWh)			Perdas Totais (GWh)			Var. (%) ⁽¹⁾
Jun/17	Mar/18	Jun/18	Jun/17	Mar/18	Jun/18	Jun/17	Mar/18	Jun/18	
941,6	943,0	951,3	481,3	498,9	526,4	1.422,9	1.441,9	1.477,7	+ 2,5

⁽¹⁾ Variação junho de 2018/março de 2018. Nota: Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela CCEE.

Comentário do Desempenho

4.2 Gestão da Inadimplência

4.2.1 Taxa de Inadimplência

A taxa de inadimplência dos consumidores medida pela relação percentual entre a soma da provisão para créditos de liquidação duvidosa com incobráveis e o fornecimento faturado da Companhia nos últimos 12 meses encerrados em junho de 2018 foi de 1,18%, contra (0,06)% em junho de 2017. Essa variação deve-se, principalmente, de fatores não recorrentes em junho e setembro de 2016, devido a renegociações de débito com a prefeitura de Cuiabá e SANECAP. Desconsiderando esses fatores, esse indicador em junho de 2018 estaria 0,62 ponto percentual melhor em relação à taxa verificada em junho de 2017, ou seja, de 1,80%.

4.2.2 Taxa de Arrecadação

A taxa de arrecadação, representada pela arrecadação dos últimos 12 meses encerrados em junho de 2018 sobre o faturamento bruto do mesmo período ficou em 96,55%, contra 96,80% em junho de 2017. Está em curso um plano de medidas que prevê: (i) renegociações com prefeituras e governos estaduais, (ii) cobrança semanal e ampliação da negativação devedores (maiores e também em massa), (iii) ações judiciais para recorrer de liminares impeditivas de corte, (iv) cobrança de inadimplentes pelas equipes de leitura, em dias de não leitura, (v) protesto em cartório, (vi) eventos de conciliação de débitos, e (vii) ampliação da telecobrança e mutirão de corte com equipes de operação, manutenção e perdas.

4.2.3 Indicadores de qualidade dos serviços - DEC e FEC

A EMT mantém prioridade nos investimentos em qualidade visando alcançar melhorias constantes nos indicadores de fornecimento de energia, expressos por frequência e duração das interrupções de energia (FEC e DEC). Dando continuidade a trajetória de melhoria do indicador DEC, a EMT reduziu em 1,92 horas esse indicador em junho de 2018 em relação a junho de 2017, caminhando para voltar ao limite regulatório (23,09 horas). Nos últimos 12 meses findos em junho de 2018, o DEC atingiu 23,70 horas, contra 25,62 horas no mesmo período encerrado em junho de 2017. Já o FEC (11,21 vezes) permanece abaixo do nível regulatório (18,97 vezes). Ressalte-se que os indicadores DEC e FEC em junho de 2018 são os melhores historicamente.

4.3 Mercado de energia

Em seis meses de 2018, as vendas de energia elétrica a consumidores finais (mercado cativo), localizados na área de concessão da Companhia, somadas à energia associada aos consumidores livres (TUSD), totalizaram 4.181,5 GWh (2.103,8 GWh no 2T18), aumento de 2,9% (aumento de 0,3% no 2T18) em relação ao igual período do ano anterior. A composição do mercado de energia nos primeiros seis meses de 2018 foi a seguinte:

Descrição	Trimestre			Semestre		
	2T18	2T17	Var. %	6M18	6M17	Var. %
Residencial	680,8	691,4	- 1,5	1.398,8	1.346,3	+ 3,9
Industrial	480,7	466,1	+ 3,1	924,1	885,2	+ 4,4
✓ Cativo	165,8	167,2	- 0,8	313,1	316,4	- 1,0
✓ Livre	314,9	298,9	+ 5,4	610,9	568,8	+ 7,4
Comercial	429,9	433,9	- 0,9	872,5	856,4	+ 1,9
✓ Cativo	381,1	386,2	- 1,3	776,1	764,4	+ 1,5
✓ Livre	48,7	47,7	+ 2,1	96,5	92,0	+ 4,9
Rural	278,1	269,4	+ 3,2	538,0	511,1	+ 5,3
✓ Cativo	269,2	261,3	+ 3,0	519,2	494,2	+ 5,1
✓ Livre	8,9	8,1	+ 9,9	18,7	16,9	+ 10,7
Outras Classes	234,3	235,8	- 0,6	448,1	462,8	- 3,2
1 Vendas de energia no mercado cativo	1.731,3	1.741,9	- 0,6	3.455,3	3.384,1	+ 2,1
2 Energia associada aos consumidores livres (TUSD)	372,5	354,7	+ 5,0	726,1	677,7	+ 7,1
3 Mercado cativo + TUSD (1+2)	2.103,8	2.096,6	+ 0,3	4.181,5	4.061,8	+ 2,9
4 Fornecimento Não faturado	(34,7)	(0,6)	+ 5.683,3	(23,6)	4,7	-
5 Mercado cativo + TUSD + fornecimento não faturado (3+4)	2.069,1	2.096,0	- 1,3	4.157,8	4.066,5	+ 2,2

Comentário do Desempenho

Em junho de 2018, a Companhia registrou 1.378.901 unidades consumidoras cativas, quantidade 2,6% superior à registrada no fim de junho de 2017. Já o número de consumidores livres totalizou 203 no fim de junho de 2018.

5 Estrutura de capital

Em 30 de junho de 2018, o saldo de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras da Companhia totalizou R\$ 478,4 milhões, que incluem os créditos referentes à subvenção tarifária e baixa renda (CDE) e Conta de Compensação dos Valores da Parcela A (CVA).

Por sua vez, a dívida líquida da Companhia, que incluem empréstimos, financiamentos, arrendamentos, encargos financeiros, parcelamento de impostos, fundo de pensão, créditos setoriais e instrumentos financeiros derivativos líquidos, passou de R\$ 2.148,1 milhões em 31 de março de 2018 para R\$ 2.448,2 milhões em 30 de junho de 2018. Consequentemente, a relação entre a dívida líquida, com os créditos setoriais, e o EBITDA Ajustado nos últimos 12 meses encerrados em junho de 2018 foi de 3,1 vezes, contra 2,9 vezes em março de 2018 e 3,7 vezes em dezembro de 2017.

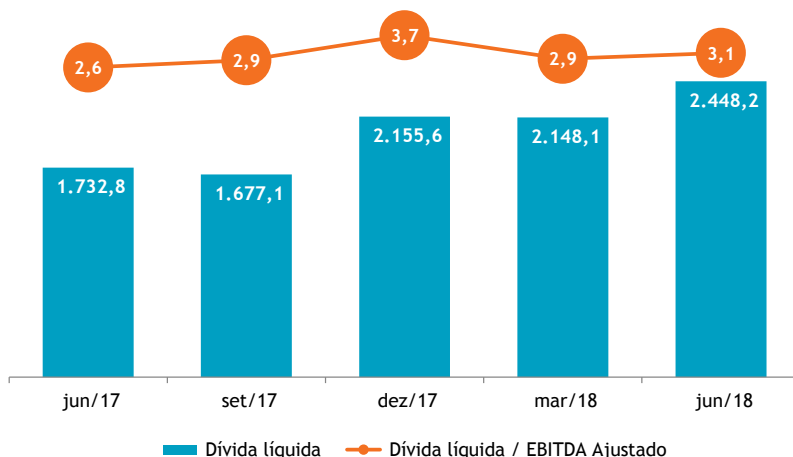
A seguir, as dívidas de curto e longo prazo da Companhia entre 30 de junho de 2018, 31 de março 2018 e 31 de dezembro de 2017:

Descrição Valores em R\$ milhões	30/06/2018	31/03/2018	31/12/2017
Circulante	495,1	484,8	631,0
Empréstimos e financiamentos	260,2	260,2	336,0
Debêntures	15,5	11,1	72,7
Encargos de dívidas	20,6	17,5	9,0
Parcelamento de impostos e benefícios a empregados	5,8	5,8	5,9
Taxas regulamentares	66,2	63,1	81,0
Parcelamento de débitos energia comprada Itaipu	117,0	117,0	117,0
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	9,8	10,1	9,4
Não Circulante	2.431,5	2.162,9	2.035,2
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos	1.656,1	1.304,1	1.448,1
Debêntures	770,3	769,5	461,6
Parcelamento de impostos e benefícios a empregados	42,6	41,2	39,8
Taxas regulamentares	8,4	20,9	33,5
Parcelamento de débitos energia comprada Itaipu	19,5	58,5	78,0
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	(65,4)	(31,3)	(25,8)
Total das dívidas	2.926,6	2.647,7	2.666,2
(-) Disponibilidades financeiras	344,9	378,3	422,2
Total das dívidas líquidas	2.581,7	2.269,4	2.244,0
(-) Créditos CDE	55,6	56,7	87,2
(-) Créditos CCC	27,6	28,9	30,4
(-) Créditos CVA	50,3	35,7	(29,2)
Total das dívidas líquidas deduzidas de créditos setoriais	2.448,2	2.148,1	2.155,6
Divida líquida/EBITDA Ajustado 12 meses ⁽¹⁾	3,1	2,9	3,7

⁽¹⁾ EBITDA Ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios.

Comentário do Desempenho

Evolução da alavancagem
- Dívida líquida (R\$ milhões) e dívida líquida/EBITDA Ajustado 12 meses (vezes) -



6 Controladora Energisa conclui oferta pública de ações da EMT

Em 16 de abril de 2018, foi encerrado o prazo da oferta pública voluntária para aquisição das ações ordinárias e preferenciais de emissão da Energisa Mato Grosso, conforme edital publicado em 8 de dezembro de 2017 e aditado em 27 de dezembro de 2017 pela controladora Energisa S/A. Durante o período da oferta pública, compreendido entre 16/01/2018 e 16/04/2018 e das aquisições supervenientes, a Energisa adquiriu 65.752.188 ações (30,88% do capital social total) da EMT, sendo 12.361.431 ações ordinárias (16,82% do capital social na espécie) e 53.390.757 ações preferenciais (38,29% do capital social na espécie). Conseqüentemente, a Energisa, em conjunto com a controlada Rede Energia Participações S/A, passou a deter, 97,49% (ante os 66,61% anteriores à Oferta e 95,61% em 31 de março de 2018) do capital social total da EMT.

Os quadros abaixo apresentam a distribuição do capital social da Energisa Mato Grosso antes da oferta pública e em 30 de junho de 2018:

EMT - Distribuição do Capital Social - Antes da oferta pública em 16/01/2018						
Acionistas	Quantidade de Ações					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Rede Energia Participações S/A	53.180.038	72,38	69.600.226	49,92	122.780.264	57,67
Energisa S/A	3.626.634	4,94	15.399.302	11,04	19.025.936	8,94
Outros acionistas	16.671.439	22,69	54.433.007	39,04	71.104.446	33,40
Total do capital social	73.478.111	100,00	139.432.535	100,00	212.910.646	100,00

EMT - Distribuição do Capital Social - Após a oferta pública e compras supervenientes em 30/06/2018						
Acionistas	Quantidade de Ações					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Rede Energia Participações S/A	53.180.038	72,38	69.600.226	49,92	122.780.264	57,67
Energisa S/A	15.988.065	21,76	68.790.059	49,34	84.778.124	39,82
Outros acionistas	4.310.008	5,86	1.042.250	0,74	5.352.258	2,51
Total do capital social	73.478.111	100,00	139.432.535	100,00	212.910.646	100,00

O desembolso da Energisa pelas ações adquiridas na oferta pública totalizou R\$ 566,3 milhões, não considerando nesse montante as taxas, emolumentos e comissões aplicáveis.

Comentário do Desempenho

7 EMT antecipa mais um dividendo

O Conselho de Administração da Energisa Mato Grosso aprovou as seguintes distribuições de dividendos intermediários, relativos ao exercício em curso:

- i) em reunião de 13 de junho, o valor de R\$ 24,6 milhões, à razão de R\$ 0,11568601055 por ação ordinária e preferencial. Estes dividendos foram pagos em 28 de junho; e
- ii) em reunião de 8 de agosto, a distribuição de dividendos intercalares à conta dos resultados do exercício de 2018, no montante de R\$ 96,9 milhões, o que equivale a R\$ 0,58533 por ação ordinária e preferencial. Esses dividendos serão pagos a partir de 31/08/2018 e farão jus aos dividendos os acionistas da Companhia detentores de ações em 14/08/2018, respeitadas as negociações em Bolsa até essa data.

Além dos dividendos mencionados no item “i”, o Conselho de Administração da Energisa Mato Grosso ainda aprovou a distribuição de dividendos de lucros retidos de exercícios anteriores, no montante de R\$ 198,9 milhões, que também foram pagos em 28 de junho de 2018.

8 Serviços prestados pelo auditor independente

Nos primeiros seis meses de 2018, a remuneração da Ernst & Young Auditores Independentes pelos serviços prestados para a Companhia na revisão contábil das demonstrações financeiras foi de R\$ 204 mil. A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que determinam, principalmente, que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais para seu cliente ou promover os seus interesses.

A Administração.

Notas Explicativas

Notas Explicativas

Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A
Notas explicativas às informações trimestrais para o
Período findo em 30 de junho de 2018
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado o contrário)

1 Contexto operacional

A Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A (Companhia ou EMT), é uma sociedade por ações de capital aberto, concessionária distribuidora de energia elétrica, sob o controle acionário da Rede Energia Participações S.A. (“REDE”), que atua na área de distribuição de energia elétrica além, da geração própria de energia por meio de usinas térmicas para o atendimento a sistemas isolados em sua área de concessão que abrange todo o Estado de Mato Grosso com 903.378 km², atendendo 1.379.104 consumidores (informação fora do escopo dos auditores independentes) em 141 municípios. A Companhia possui sede na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso e obteve registro de Companhia aberta na CVM em 25 de outubro de 1994.

Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica:

Em 11 de dezembro de 1997, foi outorgado à Companhia concessão para distribuição de energia elétrica em 141 municípios no Estado de Mato Grosso, pelo prazo de 30 anos. O contrato de concessão já foi homologado junto à ANEEL, podendo ser prorrogado por uma única vez, pelo mesmo período, conforme Lei 12.783/2013.

Além do contrato de distribuição acima mencionado, a Companhia possui Contrato de Concessão de Geração nº 04/1997 de 1 Usina Termelétrica, com a respectiva subestação associada, com vencimento em 10 de dezembro de 2027.

Concessão de usinas térmicas	Capacidade total instalada MW (*)	Capacidade total utilizada MW (*)	Data da concessão	Data de vencimento
Concessão de 1 Usina Termelétrica: Guariba	2,44	1,207	10/12/1997	10/12/2027

(*) Informação fora do escopo dos auditores independentes

De acordo com o artigo 8º da Lei nº 10.848 de 15 de março de 2004, regulamentada pelo Decreto nº 5.163 de 30 de julho de 2004, ficou vedada às concessionárias que atuam na distribuição de energia elétrica, manter atividades de geração no sistema interligado nacional de transmissão. A exceção ficou para os casos de atendimento a sistema elétrico isolado, ou seja, aqueles não ligados ao sistema interligado de transmissão. Embora possuindo 1 usina termelétrica própria no sistema isolado, a principal atividade da Companhia é a distribuição de energia elétrica, e a necessidade da manutenção desses ativos de geração é somente para atendimento dessas comunidades isoladas. Portanto, a administração da Companhia considera seu negócio principal a atividade de distribuição de energia elétrica e a pequena atividade de geração como parte integrante do negócio principal, o que levou a bifurcação de todo ativo imobilizado da concessão em ativo financeiro e ativo intangível visto que o contrato garante o direito de indenização.

Os contratos de concessão (distribuição e geração) contêm cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no final da concessão. Para efeito da reversão, consideram-se bens vinculados aqueles efetivamente utilizados na prestação do serviço.

As obrigações da concessionária, previstas no contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica são:

I - operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do Serviço Regulado, a segurança das pessoas e a conservação dos bens e instalações e fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica;

Notas Explicativas

II - realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança e modicidade das tarifas, em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;

III - organizar e manter controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão e zelar por sua integridade providenciando que aqueles que, por razões de ordem técnica, sejam essenciais à garantia e confiabilidade do sistema elétrico, estejam sempre adequadamente garantidos por seguro sendo vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do agente regulador;

IV - atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores;

V - implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, por meio de programas de redução de consumo de energia e inovações;

VI - submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações nas posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão; e

VII - manter o acervo documental auditável, em conformidade com as normas vigentes;

A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente - Ministério de Minas e Energia - MME.

As informações referentes à revisão e aos reajustes tarifários, ativos e passivos financeiros setoriais, contas a receber da concessão, ativos vinculados à concessão e receita de construção estão apresentadas nas notas explicativas nº 9, 10, 14, 16 e 25, respectivamente.

2 Apresentação das informações financeiras intermediárias (informações trimestrais)

As informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) da Companhia, aprovadas em 08 de agosto de 2018 pelo Conselho de Administração, compreendem:

- As informações financeiras intermediárias elaboradas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e IAS 34 - *Interim Financial Reporting* e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações financeiras intermediárias e resumo das principais práticas contábeis não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 3.2 às Demonstrações Financeiras Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (doravante denominadas de “Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2017”), publicadas na imprensa oficial em 20 de março de 2018, com exceção às novas políticas contábeis estabelecidas pelos CPCs 47 - Receita de Contratos com Clientes e 48 - Instrumentos Financeiros, aprovados pela CVM através das Deliberações n 762 e 763/2016. Os CPCs 47 e 48 entraram em vigência a partir de 1º de janeiro de 2018, sendo que a Companhia os adotou utilizando o método retrospectivo modificado onde os principais impactos estão apresentados nas notas explicativas 26 e 29, respectivamente.

Dessa forma, estas informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

A Administração da Companhia declara que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias estão sendo evidenciadas e, correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

3.1 Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo IASB - *International Accounting Standards Board*

As informações referentes aos novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo IASB não trouxeram alterações significativas em relação àquelas divulgadas na nota explicativa nº 3.1 das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2017.

3.2 Reapresentação das informações financeiras intermediárias

A Administração da Companhia, após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação da sua posição patrimonial e do seu desempenho operacional e financeiro, procedeu as seguintes reclassificações nas suas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, do fluxo de caixa, do valor adicionado e da mutação do patrimônio líquido de 30 de junho de 2017, originalmente emitidas em 09 de agosto de 2017 conforme demonstrado a seguir, com base nas orientações emanadas pelo “CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”:

Demonstração do Resultado	Ref	Divulgado 01/04/2017 a 30/06/2017	Ajustes	Reapresentado 01/04/2017 a 30/06/2017
Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	(a)	943.131	1.141	944.272
Resultado Bruto		144.172	1.141	145.313
Despesas/Receitas Operacionais		(58.740)	(731)	(59.471)
Despesas Gerais e Administrativas		(42.954)	(731)	(43.685)
Pessoal e administradores	(b)	1.497	(731)	766
Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos		85.432	410	85.842
Resultado Financeiro		(29.106)	(45)	(29.151)
Despesas Financeiras		(55.545)	(45)	(55.590)
Outras despesas financeiras		1.977	(45)	1.932
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro		56.326	365	56.691
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	(a) e (b)	(7.065)	(124)	(7.189)
Diferido		3.495	(124)	3.371
Resultado Líquido das Operações Continuadas		49.261	241	49.502
Lucro/Prejuízo do Período		49.261	241	49.502
ON		0,00068	(0,00046)	0,00022
PN		0,00068	(0,00044)	0,00024

Demonstração do Resultado	Ref	Divulgado 01/01/2017 a 30/06/2017	Ajustes	Reapresentado 01/01/2017 a 30/06/2017
Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	(a)	1.763.099	5.899	1.768.998
Resultado Bruto		258.061	5.899	263.960
Despesas/Receitas Operacionais		(78.425)	(1.462)	(79.887)
Despesas Gerais e Administrativas		(79.099)	(1.462)	(80.561)
Pessoal e administradores	(b)	501	(1.462)	(961)
Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos		179.636	4.437	184.073
Resultado Financeiro		(71.539)	(90)	(71.629)
Despesas Financeiras		(134.376)	(90)	(134.466)
Outras despesas financeiras	(b)	(16.893)	(90)	(16.983)
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro		108.097	4.347	112.444
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	(a) e (b)	(20.817)	(1.478)	(22.295)
Diferido		6.643	(1.478)	5.165
Resultado Líquido das Operações Continuadas		87.280	2.869	90.149
Lucro/Prejuízo do Período		87.280	2.869	90.149
ON		0,00068	(0,00028)	0,00040
PN		0,00068	(0,00024)	0,00044

Notas Explicativas

Demonstração do Resultado Abrangente	Ref	Divulgado 01/04/2017 a 30/06/2017	Ajustes	Reapresentado 01/04/2017 a 30/06/2017
Lucro Líquido do Período	(a) e (b)	49.261	241	49.502
Resultado Abrangente do Período		49.261	241	49.502

Demonstração do Resultado Abrangente	Ref	Divulgado 01/01/2017 a 30/06/2017	Ajustes	Reapresentado 01/01/2017 a 30/06/2017
Lucro Líquido do Período	(a) e (b)	87.280	2.869	90.149
Resultado Abrangente do Período		87.280	2.869	90.149

Demonstração do Fluxo de caixa	Ref	Divulgado 01/01/2017 a 30/06/2017	Ajustes	Reapresentado 01/01/2017 a 30/06/2017
Caixa Gerado nas Operações		300.406	1.552)	298.854
Lucro Líquido do Período	(a)	87.280	2.869	90.149
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	(a) e (b)	20.817	1.478	22.295
Valor justo do ativo financeiro indenizável da concessão	(a)	(11.599)	(5.899)	(17.498)
Variações nos Ativos e Passivos (Diminuição) de outras contas a pagar	(b)	(33.503)	1.552	(31.951)
		9.757	1.552	11.309

Demonstração do Valor Adicionado	Ref	Divulgado 01/01/2017 a 30/06/2017	Ajustes	Reapresentado 01/01/2017 a 30/06/2017
Receitas		2.801.043	5.899	2.806.942
Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	(a)	2.523.413	5.899	2.529.312
Valor Adicionado Bruto		1.270.690	5.899	1.276.589
Valor Adicionado Líquido Produzido		1.191.861	5.899	1.197.760
Valor Adicionado Total a Distribuir		1.259.528	5.899	1.265.427
Distribuição do Valor Adicionado		1.259.528	5.899	1.265.427
Pessoal		65.617	1.462	67.079
Benefícios	(b)	20.730	1.462	22.192
Impostos, Taxas e Contribuições		970.395	1.478	971.873
Federais	(a)	411.631	1.478	413.109
Remuneração de Capitais de Terceiros		136.236	90	136.326
Juros	(b)	134.959	90	135.049
Remuneração de Capitais Próprios		87.280	2.869	90.149
Lucros Retidos / Prejuízo do Período	(a)	87.280	2.869	90.149

Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido	Ref	Divulgado 01/01/2017 a 30/06/2017	Ajustes	Reapresentado 01/01/2017 a 30/06/2017
Lucros ou Prejuízos Acumulados	(a) e (b)	87.280	2.869	90.149
Patrimônio Líquido		1.880.889	2.869	1.883.758

- (a) Objetivando melhor adequar as práticas contábeis, a Companhia passou a reconhecer mensalmente a remunera o da parcela dos ativos que compõe a base incremental, anteriormente aplicava a varia o do IPCA somente sobre a base blindada ( ltima revisão tarifária homologada pela ANEEL).
- (b) Objetivando melhor adequar as práticas contábeis, a Companhia passou a reconhecer o cáculo atuarial do plano de benefício pós emprego, referente ao plano de saúde de assistência médico hospitalar.

4 Informa es por segmento

Um segmento operacional   um componente que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transa es com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administra o para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avalia o de seu desempenho, e para o qual estão disponíveis nas demonstra es financeiras.

Os resultados de segmentos que são reportados   Administra o incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis.

Notas Explicativas

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica em 141 municípios do Estado do Mato Grosso, e sua demonstração de resultado reflete essa atividade.

5 Caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

5.1 Caixa e equivalente de caixa (avaliados ao valor justo por meio do resultado)

A carteira de aplicações financeiras é constituída por Certificados de Depósito Bancário (CDBs) e Operações Compromissadas. A rentabilidade média ponderada da carteira em 30 de junho de 2018 equivale a 61,4% do CDI (91,24% do CDI em 31 de dezembro 2017).

Descrição	30/06/2018	31/12/2017
Caixa e depósitos bancários à vista	16.518	5.762
Aplicações financeiras de liquidez imediata:	3.104	237.734
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	-	8.386
Compromissada	3.104	229.348
Total de caixa e equivalentes de caixa - circulante	19.622	243.496

5.2 Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados (avaliadas ao valor justo por meio do resultado)

A carteira de aplicações financeiras é formada, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDB's, entre outros. A rentabilidade média ponderada da carteira em 30 de junho de 2018 equivale a 103%,5 do CDI (102,17% do CDI em 31 de dezembro de 2017).

Descrição	30/06/2018	31/12/2017
Avaliadas ao valor justo por meio do resultado	325.278	178.703
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	1.468	1.460
Compromissadas ⁽¹⁾	4.981	-
Fundo de Investimento ⁽²⁾	149.925	55.474
Fundo de Investimentos Exclusivos ⁽³⁾	114.475	56.745
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	562	313
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	201	843
Compromissadas	43	858
Fundo Multimercado	1.795	-
Fundo de Renda Fixa	20.777	12.944
Debêntures	-	9.020
Títulos Públicos	39.662	1.509
Letra financeira do tesouro (LFT)	16.995	6.355
Letra financeira (LF)	24.620	24.743
Letra financeira subordinada (LFS)	-	160
Letra Tesouro Nacional (LTN)	3.885	-
Nota do Tesouro Nacional	5.935	-
Fundo de investimento em direitos creditórios ⁽⁴⁾	54.429	65.024
Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados ⁽⁵⁾	325.278	178.703
Circulante	270.849	113.679
Não circulante	54.429	65.024

(1) Operações compromissadas - são operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante de revenda assumido pelo comprador. São remuneradas a 60,0% e média ponderada 60,0% do CDI e estão lastreadas em debêntures.

Notas Explicativas

- (2) Fundos de Investimentos - inclui fundos classificados como Renda Fixa e Multimercado e são remunerados de 97,5% a 117,0% e média ponderada 109,6% do CDI.
- (3) Fundo de investimentos exclusivos - inclui aplicações em CDB, CCB, Debêntures, Compromissadas, Multimercado, Fundos de Renda Fixa, Títulos Públicos, LFT, LF, LFS, LTN são remuneradas 100,1% do CDI Fundo FI Energisa e 96,8% do CDI Fundo Zona da Mata.
- (4) Fundo de investimentos em direitos creditórios - FIDC Energisa Centro Oeste com vencimento em 01/10/2034.
- (5) Inclui, R\$97.560 (R\$66.494 em 31 de dezembro de 2017) referente a recursos vinculados a empréstimos, leilões de energia e bloqueios judiciais, conselho consumidor e luz para todos.

6 Consumidores e concessionárias

Englobam, principalmente o fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, esta última apurada por estimativa reconhecida pelo regime de competência, até o encerramento das informações financeiras intermediárias.

	Saldos a vencer		Saldos vencidos				Provisão p/ créditos de liquidação duvidosa (4)	Total	
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Há mais de 360 dias		30/06/2018	31/12/2017
Valores correntes: (1)									
Residencial	69.769	-	91.901	12.543	7.630	3.324	(23.497)	161.670	164.511
Industrial	44.314	-	12.786	1.055	1.057	9.848	(9.848)	59.212	55.568
Comercial	65.691	-	27.831	4.002	4.776	4.897	(9.673)	97.524	98.277
Rural	47.083	-	13.805	2.476	1.446	782	(782)	64.810	57.118
Poder público	19.893	-	5.306	1.427	1.667	8.589	(8.589)	28.293	31.665
Iluminação pública	5.286	-	127	148	223	966	(966)	5.784	4.529
Serviço público	10.607	-	4.548	2.454	4.185	38.381	(38.381)	21.794	21.817
Fornecimento não faturado	172.495	-	-	-	-	-	-	172.495	136.951
Arrecadação Processo Classificação	25.805	-	-	-	-	-	-	25.805	25.380
Valores renegociados:									
Residencial	4.820	7.070	3.261	1.147	1.937	19.256	(23.744)	13.747	10.567
Industrial	1.447	3.650	1.073	243	697	4.105	(5.834)	5.381	2.392
Comercial	2.066	19.368	1.880	772	1.463	5.914	(8.589)	22.874	5.697
Rural	1.332	1.453	780	330	321	1.345	(2.290)	3.271	3.092
Poder público (3)	6.677	109.277	1.353	135	61	2.586	(4.383)	115.706	108.720
Iluminação pública	413	9.110	31	-	-	-	-	9.554	10.762
Serviço público	258	2.278	48	14	-	38	(57)	2.579	3.772
(-) Ajuste valor Presente (2)	(179)	(18.401)	-	-	-	-	-	(18.580)	(20.369)
Subtotal	477.777	133.805	164.730	26.746	25.463	100.031	(136.633)	791.919	720.449
Suprimento Energia - Moeda Nacional (5)	57.188	-	-	-	-	-	-	57.188	12.985
Outros (6)	50	-	48.941	5.939	9.371	50.088	-	114.389	85.177
Redução do uso do sistema de distribuição (7)	12.201	-	-	-	-	-	-	12.201	12.201
Total	547.216	133.805	213.671	32.685	34.834	150.119	(136.633)	975.697	830.812
Circulante								744.111	643.382
Não Circulante								231.586	187.430

- (1) Os vencimentos são programados para o 5º dia útil após a entrega das faturas, exceto os clientes do Poder Público que possuem 10 dias úteis para efetuar os pagamentos.

Notas Explicativas

- (2) **Ajuste a valor presente:** refere-se ao valor de ajuste a valor presente para os contratos renegociados sem a inclusão de juros e para aqueles renegociados com taxa de juros de IPCA ou IGPM. Para o desconto a valor presente foi utilizado a taxa do CDI de 6,39% a.a. (6,99% a.a. em 31 de dezembro de 2017). Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado na situação atual. A Administração entende que essa taxa de desconto representa adequadamente o custo de capital, tendo em vista a natureza, complexidade e volume das renegociações.
- (3) Inclui a renegociação realizada em 03 de agosto de 2016 em que a Companhia assinou com a Prefeitura Municipal de Cuiabá e com a Companhia de Saneamento da Capital (SANECAP) o Termo de Confissão, Assunção e Parcelamento de Dívidas referente a fornecimento de energia elétrica no montante R\$86.592, líquido de juros, correção monetária e multas, que está sendo recebido em parcelas equivalentes a 50% do valor pago mensalmente pela Companhia de Saneamento para o Município de Cuiabá, iniciada em 30 de setembro de 2016. Sobre o saldo devedor em incidência de juros de 0,5% ao mês limitado ao valor da parcela da outorga até o final da concessão (abril/2042).
- (4) **Provisão para créditos de liquidação duvidosa** - foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos, a seguir resumidas:
- Consumidores residenciais - Vencidos há mais de 90 dias;
 - Consumidores comerciais - Vencidos há mais de 180 dias;
 - Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros - Vencidos há mais 360 dias;
 - Contratos renegociados - (i) parcelas vencidas há mais de 90 dias - são provisionadas as parcelas (ii) mais de 3 parcelas vencidas - são provisionadas as parcelas vencidas e a vencer.

Segue movimentação das provisões:

	30/06/2018	31/12/2017
Saldos iniciais - circulante - 31/12/2017 e 31/12/2016	222.720	187.397
Provisões constituídas no período/exercício	20.715	70.613
Baixa de contas de energia elétrica - incobráveis	(28.386)	(35.290)
Saldos finais - circulante - 30/06/2018 e 31/12/2017	215.049	222.720
Alocação:		
Consumidores e concessionárias	136.633	211.417
Títulos de créditos a receber (vide nota explicativa nº 7)	67.964	1.625
Outros créditos - outros (uso mútuo de poste)	10.452	9.678

- (5) Inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. O saldo de suprimento energia - moeda nacional em 30 de junho de 2018 refere-se ao registro dos valores da comercialização de energia no âmbito da CCEE no montante de R\$57.188 (R\$12.985 em 31 de dezembro de 2017), deduzido das liquidações parciais ocorridas até 30 de junho de 2018. Esses saldos foram apurados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE.

A composição desses valores, incluindo os saldos registrados na rubrica "fornecedores" no passivo circulante de R\$107.481 (R\$60.905 em 31 de dezembro de 2017), referente à aquisição de energia elétrica e aos encargos de serviços do sistema de R\$1.980 (R\$2.022 em 31 de dezembro de 2017), conforme demonstrados a seguir:

Composição dos créditos da CCEE	30/06/2018	31/12/2017
Créditos a vencer	57.188	12.985
Sub-total créditos CCEE	57.188	12.985
(-) Aquisições de energia na CCEE	(107.481)	(60.905)
(-) Encargos de serviços do sistema	(1.980)	(2.022)
Total créditos CCEE	(52.273)	(49.942)

- (6) Inclui serviços taxados e outros valores a receber de consumidores. A Companhia possui R\$114.052 (R\$83.960 em 31 de dezembro de 2017), referente ao ICMS incidente sobre a TUSD suspenso por liminares. Em contrapartida o valor é contabilizado na rubrica de ICMS em tributos e contribuições sociais no passivo não circulante.
- (7) Redução de uso do sistema de distribuição: Por meio da Resolução homologatória ANEEL nº 1.270 de 03 de abril de 2012, foi concedido para a Energisa Mato Grosso valores provenientes de perda financeira dos descontos concedidos na TUSD. Os valores objetivaram recompor a receita da Companhia referente à disponibilização da rede de distribuição aos consumidores livres, geradoras e fontes incentivadas. Para o saldo remanescente de R\$12.201 (R\$12.201 em 31 de dezembro de 2017) registrado no ativo não circulante, que se encontra suspenso por liminares, a Companhia possui o mesmo valor registrado em contrapartida no passivo não circulante (nota explicativa nº 23).

Notas Explicativas

7 Títulos de créditos a receber

	30/06/2018	31/12/2017
Processo execução de precatórios P M de Cuiabá (1)	19.548	21.042
Precatório de Órgãos Públicos Municipais (2)	66.339	-
Outros títulos a receber (3)	1.625	1.625
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (*)	(67.964)	(1.625)
(-) AVP - Precatório P M de Cuiabá (1)	(440)	(711)
Total	19.108	20.331
Circulante	6.270	5.761
Não circulante	12.838	14.570

(*) Incluído no total apresentado como redutora no ativo não circulante.

(1) Ação de Execução (processo nº 383/2001 - 3ª Vara de Fazenda Pública - Cuiabá) ajuizada em desfavor do Município de Cuiabá, que deu origem ao Precatório Requisitório nº 13.699/2004/TJMT. O montante dos títulos encontra-se em processo de recebimento, tendo sido já recebido 23 parcelas, restando 43 parcelas fixas de R\$500, corrigidos pela taxa de 0,5% ao mês, e a última parcela de nº 67, no valor de R\$183. No período findo em 30 de junho de 2018 foi constituído ajuste a valor presente no valor de R\$440 (R\$711 em 31 de dezembro de 2017), utilizando-se a taxa média do CDI anual de 6,39% a.a (6,99% a.a em 31 de dezembro de 2017), registrados em outras despesas financeiras.

(2) Referem-se a títulos precatórios de Órgãos Públicos Municipais contabilizados em junho de 2018, que após condenação judicial definitiva dos devedores resultou na expedição dos precatórios conforme ordem emanada do Poder Judiciário, e expedição de requisições de pagamentos, para cobrar dos municípios dividas relacionadas a débitos de contas de energia elétrica, referente ao período de julho de 1998 a junho de 2014 no montante R\$66.339 (valores históricos), vencidas a partir de 27 de julho de 1998, que se encontravam totalmente provisionadas. Em 30 de junho de 2018 todo o montante foi integralmente transferido da rubrica de consumidores e concessionárias. Todos os processos tiveram instrução processual finalizada, transitada em julgado. O montante se encontra integralmente provisionado e foram formados conforme segue:

	30/06/2018
Fundação de Saúde de Várzea Grande - FUSVAG	576
Prefeitura Municipal de Alta Floresta	1.025
Prefeitura Municipal de Cáceres	4.021
Prefeitura Municipal de Juscimeira	4.127
Departamento de água e Esgoto de Várzea Grande - DAE VG	56.590
Total	66.339

(3) Refere-se aquisição de crédito de carbono que se encontra totalmente provisionado.

Em 30 de junho de 2018, os vencimentos dos títulos de créditos são como segue:

	30/06/2018 (*)
Títulos vencidos	
2018	3.516
2019	5.741
2020	5.390
Após 2021	72.425
Total	87.072

(*) Apresentado líquido do ajuste a valor presente.

Notas Explicativas

8 Tributos a recuperar

	30/06/2018	31/12/2017
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	70.082	43.505
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	79.558	74.361
Imposto de Renda Retido na Fonte	1.573	665
Contribuição social sobre o lucro - CSSL	30.283	28.633
Contribuições ao PIS e a COFINS	26.035	21.557
Outros	2.111	2.076
Total	209.642	170.797
Circulante	160.259	130.617
Não circulante	49.383	40.180

Referem-se a créditos tributários de saldos negativos de imposto de renda e de contribuição social sobre o lucro, ICMS sobre aquisição de bens para o ativo intangível/imobilizado e/ou recolhimentos de impostos e contribuições a maior, que são recuperados ou compensados com apurações de tributos no futuro, de acordo com forma prevista na legislação vigente aplicável.

9 Reajuste, Revisões Tarifárias e outros assuntos regulatórios

9.1. Reajuste tarifário:

Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária será dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

9.2. Revisão tarifária:

A revisão tarifária periódica ocorre a cada 5 anos e neste processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. A Concessionária também pode solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Em 03 de abril de 2018, a ANEEL, através da Resolução Homologatória Nº 2.379 e Nota Técnica nº 68/2018-SGT/ANEEL, homologou o resultado da quarta revisão tarifária periódica da Companhia, a vigorar a partir de 08 de abril de 2018. O impacto tarifário médio percebido pelos consumidores foi um aumento médio de 11,53%.

9.3. Bandeiras tarifárias:

A partir de 2015, as contas de energia passaram a trazer o sistema de Bandeiras Tarifárias.

As Bandeiras Tarifárias têm como finalidade sinalizar aos consumidores as condições de geração de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional -SIN, por meio da cobrança de valor adicional à Tarifa de Energia - TE.

O sistema de Bandeiras Tarifárias é representado por:

- Bandeira Tarifária Verde;
- Bandeira Tarifária Amarela;
- Bandeira Tarifária Vermelha, segregada em Patamar 1 e 2;

A Bandeira Tarifária Verde indica condições favoráveis de geração de energia, não implicando acréscimo tarifário.

Notas Explicativas

A Bandeira Tarifária Amarela indica condições de geração menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R\$2,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês a partir de novembro de 2017 o acréscimo da tarifa passou a ser de R\$1,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh).

A Bandeira Tarifária Vermelha indica condições ainda mais custosas de geração. Essa bandeira é dividida em dois patamares, quais sejam:

Patamar 1: com a aplicação de uma tarifa de R\$3,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês;

Patamar 2: com aplicação de uma tarifa de R\$3,50 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês e partir de novembro de 2017 o acréscimo da tarifa passou a ser de R\$5,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh).

A Resolução Homologatória nº 2.203/2017, com vigência a partir de fevereiro/2017, homologou os valores de Bandeiras Tarifárias Amarela e Vermelha, mencionadas anteriormente. Após a finalização da Audiência Pública AP nº 61/2017 a ANEEL aprovou a alteração dos valores da Bandeiras Tarifárias Amarela e Vermelha - Patamar 2.

No período findo em 30 de junho de 2018 e 30 de junho de 2017 as bandeiras tarifárias vigoraram da seguinte forma:

Mês	30/06/2018	30/06/2017
Janeiro	Verde	Verde
Fevereiro	Verde	Verde
Março	Verde	Amarela
Abril	Verde	Vermelha Patamar 1
Maio	Amarela	Vermelha Patamar 1
Junho	Vermelha Patamar 2	Verde

9.4. Outros assuntos regulatórios - sobrecontratação:

A sobrecontratação das distribuidoras do grupo Energisa é decorrente, principalmente, da obrigatoriedade que foi imposta às concessionárias de energia elétrica de adquirir energia no Leilão A-1 de 2015 e da migração de clientes especiais para o Ambiente de Contratação Livre (ACL).

Independentemente da sua necessidade, as distribuidoras de energia elétrica do país estavam sujeitas à aquisição obrigatória de um mínimo de 96% dos seus Montantes de Reposição no último leilão de 2015, sendo que o descumprimento dessa regra configuraria riscos alheios à gestão dos agentes, inclusive com a imposição de prejuízos às controladas, distribuidora de energia elétrica, oriundos de atividade não remunerada (a aquisição de energia).

O Poder Concedente, diante do cenário de maior retração da economia e da renda, e, por conseguinte, da carga atendida pelos agentes de distribuição, editou o Decreto nº 8.828/16, alterando a obrigação de aquisição do montante mínimo obrigatório para futuros leilões, quando desnecessária. Quanto ao passado, foram mantidas as discussões e análise do tema junto aos agentes.

Da mesma forma, com relação à migração de clientes especiais do mercado cativo para o mercado livre, a ANEEL alterou a regulamentação permitindo a devolução da energia a eles correspondente, a partir de leilão A-1 de 2016. Não sendo possível a redução dos contratos existentes uma vez que esta possibilidade não estava clara para o vendedor no edital dos leilões anteriores, resta o reconhecimento destas sobras como involuntárias.

Por isso, o Grupo Energisa, recorreu a ANEEL para que essa sobrecontratação seja reconhecida como involuntária, afastando-se os prejuízos das controladas, distribuidoras de energia elétrica. Em reunião da Diretoria da ANEEL, realizada em 25 de abril de 2017, o regulador definiu que a aprovação da involuntariedade de cada distribuidora será avaliada individualmente, considerando o máximo esforço para atingimento do nível de cobertura contratual, conforme previsto na Resolução Normativa 453/2011.

Notas Explicativas

Cabe destacar que os processos administrativos abertos pelas empresas do setor de energia elétrica não foram deliberados pela ANEEL.

Nos últimos exercícios, o grupo Energisa emvidou seus melhores esforços e utilizou-se dos mecanismos disponíveis, tais como a participação nos Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficit (MCSDs) Mensais e de Energia Nova e a realização de acordos bilaterais com geradores. Neste sentido, as distribuidoras do grupo Energisa em conjunto, estimam ter encerrado o segundo trimestre de 2018 dentro do limite regulatório (entre 100% e 105%), assim como ocorreu no exercício de 2017.

No período findo em 30 de junho de 2018 a Companhia calculou os efeitos da sobrecontratação e não apurou valores a repassar aos consumidores.

10 Ativos e passivos financeiros setoriais

Referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados pela Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário e aqueles efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Os valores são realizados quando do início da vigência de outros períodos tarifários ou extinção de concessão com saldos apurados e não recuperados, os quais serão incluídos na base de indenização.

Os valores reconhecidos de ativos e passivos financeiros setoriais tiveram a contrapartida a receita de venda de bens e serviços.

Os aditivos contratuais emitidos pela Aneel, veem garantir que os valores de CVA e outros itens financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

A Companhia contabilizou as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, conforme demonstrado a seguir:

Ativos e passivos financeiros setoriais	Saldo em 31/12/2017	Receita Operacional		Resultado Financeiro	Saldo em 30/06/2018
		Adição	Amortização		
Itens da Parcela A (i)					
Energia elétrica comprada para revenda	105.403	131.663	(21.281)	(1.993)	213.792
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia PROINFA	107	382	48	(18)	519
Transporte de Energia Elétrica Rede Básica	3.512	10.775	(4.716)	103	9.674
Transporte de Energia Elétrica - Itaipu	(542)	2.201	(215)	4	1.448
Encargo de serviços de sistema ESS (ii)	(165.500)	(32.674)	57.355	(3.154)	(143.973)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(55.077)	380	22.045	(725)	(33.377)
Componentes financeiros					
Neutralidade da Parcela A (iii)	(28.980)	(12.895)	5.170	(610)	(37.315)
Sobrecontratação de energia (iv)	72.689	(18.398)	(25.713)	670	29.248
CUSD	(8)	20	(3)	(4)	5
Exposição de submercados (v)	12.768	15.615	1.259	460	30.102
Garantias Financeiras	152	86	(73)	3	168
Saldo a Compensar da CVA do ciclo anterior (vi)	15.289	2.479	(6.298)	1.016	12.486
Devoluções Tarifárias (viii)	(6.254)	(17.077)	-	(514)	(23.845)
Outros itens financeiros (viii)	17.218	(29.374)	2.397	1.143	(8.616)
Total Ativo e Passivo	(29.223)	53.183	29.975	(3.619)	50.316
Ativo Circulante	177.455				229.997
Ativo Não Circulante	74.201				96.820
Passivo Circulante	(215.844)				(205.007)
Passivo Não Circulante	(65.035)				(71.494)

- (i) **Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela A (CVA):** A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou

Notas Explicativas

positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica.

Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC;

- (ii) **Encargo de Serviço do Sistema - ESS:** Representa um encargo destinado à cobertura dos custos dos serviços do sistema, que inclui os serviços ancilares, prestados pelos usuários do Sistema Interligado Nacional - SIN;
- (iii) **Neutralidade da Parcela A:** Refere-se à neutralidade dos encargos setoriais na tarifa, apurando as diferenças mensais entre os valores faturados e os valores inseridos nas tarifas.
- (iv) **Repasso de sobrecontratação/exposição involuntária de energia:** A distribuidora deve garantir, por meio de contratos de energia regulados, o atendimento de 100% do seu mercado. Contratações superiores ou inferiores a este referencial implicam na apuração, pela ANEEL, com aplicação nos processos de reajustes e revisões tarifárias, dos custos de repasse de aquisição do montante de sobrecontratação, limitado aos 5% em relação à carga anual regulatória de fornecimento da distribuidora e do custo da energia referente à exposição ao mercado de curto prazo.
- (v) **Exposição de submercados:** Representa o resultado financeiro decorrente das diferenças entre o Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) em função das transferências de energia entre Submercados.
- (vi) **Saldo a Compensar da CVA do ciclo anterior:** Conforme previsto no § 4º do artigo 3º da Portaria Interministerial MME/MF nº 25/2002, verifica-se se o saldo da CVA em processamento considerado no processo tarifário foi efetivamente compensado, levando-se em conta as variações ocorridas entre o mercado de energia elétrica utilizado na definição daquele processo tarifário e o mercado verificado nos 12 meses da compensação, bem como a diferença entre a taxa de juros projetada e a taxa de juros SELIC verificada.
- (vii) **Devoluções Tarifárias:** Referem-se a receitas de ultrapassagem de demanda e excedentes de reativos auferidas a partir do 4º Ciclo de Revisão Tarifária Periódica (4CRTP), onde a partir de novembro de 2017, são apropriados nos passivos financeiros setoriais atualizadas mensalmente com aplicação da variação da SELIC e serão amortizadas a partir do início do 5º Ciclo de Revisão Tarifária Periódica (5CRTP).
- (viii) **Outros itens financeiros:** Considera-se os demais itens financeiros de característica não recorrentes e específico das Distribuidoras, tais como, Reversão do Financeiro RTE2015, Diferencial Eletronuclear, repasse de Compensação DIC/FIC, etc.
Em março de 2018 a Companhia reconheceu na rubrica Outros Itens Financeiros, o montante de R\$24.240 incluído na coluna “adição”, referente ao ressarcimento de recursos pagos pelas concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica (Lei nº 12.111 de 09 de dezembro de 2009), conforme consta do Ofício Circular 210/2018-SFF/ANEEL.

11 Outros créditos

	30/06/2018	31/12/2017
Subvenção Baixa Renda (1)	8.307	12.524
Subvenção CDE - Desconto Tarifário (2)	47.275	74.710
Banco Daycoval (3)	102.985	102.985
(-) Provisão para perdas (3)	(102.985)	(102.985)
Outros créditos a Receber - CELPA (4)	30.407	29.529
(-) Ajuste a Valor presente - CELPA (4)	(11.578)	(11.692)
Ordens de serviço em curso - PEE e P&D	51.062	46.323
Ordens de serviço em curso - Outros/ Ordem de desativação	9.423	8.302
Sub-rogação CCC (5)	27.679	30.439
Despesas pagas antecipadamente	36.529	29.618
Adiantamentos	13.740	6.340
Créditos a receber de terceiros-alienação de bens e direitos (6)	18.969	24.011
Bloqueio Judicial (7)	3.018	3.021
Aquisição de combustível para conta CCC (8)	55.263	54.652
Outros (9)	20.270	29.870
Total	310.364	337.647
Circulante	267.651	294.693
Não circulante	42.713	42.954

Notas Explicativas

- (1) **Subvenção - Baixa Renda:** Esses créditos referem-se à subvenção da classe residencial baixa renda, das unidades consumidoras com consumo mensal inferior a 220 kWh, desde que cumpridos certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético, ambos sob a administração da CCEE. O saldo refere-se às provisões de maio e junho de 2018. A administração não espera apurar perdas na realização do saldo.

Segue a movimentação ocorrida no período/exercício:

	30/06/2018	31/12/2017
Saldo inicial - circulante - 31/12/2017 e 31/12/2016	12.524	6.939
Subvenção Baixa Renda	24.036	41.780
Ressarcimento pela CCEE	(28.253)	(36.195)
Saldo final - circulante - 30/06/2018 e 31/12/2017	8.307	12.524

- (2) **Subvenção CDE - Desconto Tarifário:** Refere-se a recursos transferidos às concessionárias autorizadas pelo Governo Federal, através do Decreto nº 7.891 de 23 de janeiro de 2013, para fazer frente à Subvenção CDE para os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, nos termos do inciso VII do caput do art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.

Em 30 de junho de 2018, o saldo corresponde às subvenções incorridas nos meses de maio e junho de 2018, cujo ressarcimento a administração da empresa espera receber no terceiro trimestre de 2018.

Segue a movimentação ocorrida no período/exercício:

	30/06/2018	31/12/2017
Saldos iniciais - circulante - 31/12/2017 e 31/12/2016	74.710	48.629
Desconto Tarifário Subvenção Irrigante e Rural	128.148	239.301
Ressarcimento pela CCEE	(155.583)	(213.220)
Saldos finais - circulante - 30/06/2018 e 31/12/2017	47.275	74.710

- (3) Refere-se à transferência de valor efetuado pelo Banco Daycoval S.A. para a conta corrente da acionista Rede Energia Participações S.A., em 28 de fevereiro de 2012, para quitação de dívidas vencidas desta acionista por antecipação, conforme justificativa da Instituição Financeira. A Administração da Companhia considera essa transferência indevida e ajuizou medida judicial para a recuperação desse valor, que, atualmente, tramita perante o Juízo da Segunda Vara Especializada em Direito Bancário de Cuiabá (Proc. 24768-64.2012.811.0041 - Numeração antiga 1.461/2012 - Código 771688). A ação foi julgada improcedente em 13 de dezembro de 2013, contra o que a Companhia apresentou recurso de apelação, em 04 de fevereiro de 2014. Os autos foram distribuídos ao Desembargador Relator, com o qual se encontram desde 04 de junho de 2014. A Companhia, por meio de seus assessores jurídicos, está acompanhando o andamento do processo.

- (4) Crédito a receber da Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA, oriundo de transações entre partes relacionadas até a data de alienação para a Equatorial Energia S.A. realizado em 25 de setembro de 2012. Os créditos intra-grupo foram parcialmente assumidos pela Rede Power do Brasil S.A., até onde se compensavam, que quitou perante as Partes Relacionadas a parcela do crédito assumido. Do montante inicial da negociação que a Companhia tem direito, restou o valor de R\$68.813 onde R\$47.266 - cerca de 69%, foram assumidas pela Rede Power do Brasil S.A. e o restante R\$21.547 será recebido em parcelas semestrais a partir do último dia do mês de setembro de 2019, com conclusão em setembro de 2034, cujo saldo atualizado é de R\$30.407 (R\$29.529 em 31 de dezembro de 2017). A Companhia mantém ajuste a valor presente a receber no valor de R\$11.578 (R\$11.692 em 31 de dezembro de 2017).

- (5) Sub-rogação CCC - em conformidade com as disposições da Resolução ANEEL nº 784, de 24 de dezembro de 2002, e Resolução Autorizativa - ANEEL nº 81, de 09 de março de 2004, a Companhia foi enquadrada na sub-rogação do direito de uso da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC, devido à implantação de projetos elétricos que proporcionaram a redução do dispêndio da CCC, que contribui para a modicidade das tarifas aos consumidores finais. Para fins de cálculo do benefício, foram aprovados os seguintes projetos com saldos a receber em aberto:

- Sistema de Transmissão Sapezal / Comodoro, energizado em 31 de outubro de 2013, com projeto e subsídio aprovado no montante de R\$32.254, por meio da Resolução Autorizativa ANEEL nº 1.877 de 07 de abril de 2009. Foram recebidos R\$1.215 em 2014, R\$3.111 em 2015, R\$3.311 em 2016, R\$2.201 em 2017 e R\$1.476 até junho de 2018, totalizando R\$11.314. O saldo remanescente é de R\$20.940.
- Sistema de Transmissão Rondolandia, energizado em 11 de dezembro de 2016, com projeto e subsídio aprovado no montante de R\$4.613, por meio da Resolução Autorizativa ANEEL nº 5.894 de 21 de junho de 2016. Em 2017 foi recebido R\$1.403, em 2018 R\$957, totalizando R\$2.360 e o saldo remanescente é de R\$2.253.
- Sistema de Transmissão Paranorte, energizado em 22 de agosto de 2017, com projeto e subsídio aprovado no montante de R\$4.915, por meio da Resolução Autorizativa ANEEL nº 6.174 de 31 de janeiro de 2017. Foram recebidos R\$102 em 2017 e R\$327 até junho de 2018, totalizando R\$429. O saldo remanescente de R\$4.486 a administração estima receber nos próximos 134 meses.

Notas Explicativas

O Despacho ANEEL nº 4.722, de 18 de dezembro de 2009, para aplicação nas publicações do exercício de 2009, trata nos itens 53 e 54, a respeito da contabilização do subsídio recebido pela concessionária, oriundo do fundo da CCC em virtude de obras que visam à desativação de usinas térmicas e consequente redução de óleo diesel no processo de geração de energia em nosso país.

O mencionado Despacho determina que todos os valores já recebidos ou aprovados sejam registrados no grupo de contas “223 - Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica”. Dentro desse grupo é feita a segregação dos valores já efetivamente recebidos e dos valores pendentes de recebimento, aprovados pelo órgão regulador.

A Companhia tem registrado os valores referentes a esse subsídio da seguinte forma:

Obra	Status	Valor aplicado	Valor sub-rogado	Recebido	A receber	
					30/06/2018	31/12/2017
Sistema de Transmissão Sapezal / Comodoro	em serviço	36.225	32.254	11.314	20.940	22.416
Sistema de Transmissão Rondolandia	em serviço	10.203	4.613	2.360	2.253	3.210
Sistema de Transmissão Paranorte	em serviço	6.697	4.915	429	4.486	4.813
Total		53.125	41.782	14.103	27.679	30.439
Circulante					3.794	5.321
Não Circulante					23.885	25.118

- (6) Créditos a receber de terceiros-alienação de bens e direitos - Inclui R\$10.452 de provisão para créditos de liquidação duvidosa.
- (7) Bloqueio Judicial - Inclui R\$3.018 de valores em conta corrente da Companhia. A Administração está realizando apresentação da documentação necessária a sua liberação.
- (8) A Companhia possui saldos a receber referente a Conta de Consumo de Combustíveis - CCC no montante de R\$55.263 (R\$54.652 em 31 de dezembro de 2017). Deste total, R\$53.621 foram reconhecidos pela ANEEL através da Nota Técnica nº 01/2018-SFF de 03 de janeiro de 2018, referente ao período de 30 de julho de 2009 a 30 de junho de 2016 que detalhou a metodologia estabelecida para a fiscalização e o reprocessamento mensal dos benefícios, demonstrou as análises técnicas das informações colhidas sobre contratos de compra de energia e potência, de combustíveis, as medições de grandezas elétricas e de combustíveis e os tratamentos regulatórios dados acerca das manifestações da empresa, no intuito de apurar eventual ativo ou passivo da beneficiária, no âmbito das regras da Resolução Normativa nº 427/2011.

12 Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada diretamente pela Rede Energia Participações S/A, (57,67% do capital total), que por sua vez detém o controle acionário da Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A (EMS), Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A (ETO), Energisa Sul Sudeste - Distribuição de Energia S/A (ESS), Multi Energisa Serviços S.A (Multi Energisa), Companhia Técnica e Comercialização de Energia S/A (CTCE), Vale do Vacaria Açúcar e Álcool S/A e QMRA Participações S/A e Rede Power do Brasil S/A (REDE POWER).

A Rede Energia Participações S/A é controlada pela Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S/A (EEVP) (56,89%) que por sua vez é controlada pela Denerge Desenvolvimento Energético S/A (Denerge) (99,99%). A Denerge é controlada pela Energisa S/A (99,97%). e possui participação direta na Rede Energia (9,82%). A Energisa S/A possui participação direta na Rede Energia Participações (29,57%) e na EMT (39,82%).

Notas Explicativas

Transações efetuadas durante o período pela Companhia:

	Serviços contratados (Despesas)	Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	Comissão aval e debêntures (Despesa financeira) (4)	Saldo a pagar (Fornecedores)	Saldo a pagar aval e debêntures (4)	Saldo a receber - Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição
Energisa S/A (1)	21.421	-	14.944	12.799	312.704	-
Multi Energisa S/A (2)	4.121	-	-	671	-	-
Energisa Soluções S.A. (3)	4.510	-	-	1.372	-	-
Energisa Soluções Construções em Linhas e Redes S.A. (3)	20.901	-	-	3.239	-	-
Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A	-	794	-	-	-	142
30/06/2018	50.953	794	14.944	18.081	312.704	142
31/12/2017	-	-	-	11.766	309.159	226
30/06/2017	28.629	-	2.004	-	-	-

(1) Energisa S/A

Refere-se a serviços administrativos e de compartilhamento de recursos humanos para execução de parcela dos macroprocessos prestados às suas controladas. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários. Os contratos de compartilhamento foram aprovados pela ANEEL e firmados em 01 de março de 2017 com prazo de validade de 60 meses, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo que deverá conter anuência da ANEEL.

(2) Multi Energisa S/A

Refere-se a serviços de Call Center e Suporte a TI e foram submetidos à aprovação da ANEEL. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários.

(3) Energisa Soluções S/A e Energisa Soluções e Construções em Linhas Redes S/A

As transações com as empresas ligadas referem-se a serviços de manutenção de linhas, subestações, engenharia e de projetos. Os contratos foram submetidos à aprovação da ANEEL e são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários.

(4) Energisa S/A - debêntures e comissão de aval

A companhia efetuou a 6ª e 7ª emissão de debêntures em moeda corrente, que foram na sua totalidade, adquiridas pela Energisa S/A com vencimentos e condições conforme nota explicativa 17. Em 30 de junho de 2018 o valor atualizado é de R\$312.704 (R\$308.206 em de dezembro de 2017).

Custo de contrato de comissão de aval, iniciado em fevereiro de 2017, de garantias da controladora para contratos da Companhia a empréstimos e financiamentos, com taxa a razão de 1,5% a.a. O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$953.

Remuneração dos Administradores

	30/06/2018	30/06/2017
Remuneração Anual (a)	14.408	8.263
Remuneração dos membros do conselho de Administração	194	134
Remuneração da Diretoria	1.275	773
Outros Benefícios (b)	781	628

(a) Limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício de 2018 foi aprovado na AGE de 26 de abril de 2018.

(b) Inclui encargos sociais, benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida.

No período findo em 30 de junho de 2018, a maior e a menor remuneração atribuídas a dirigentes e conselheiros relativas ao mês de junho, foram de R\$59 e R\$2(R\$57 e R\$2 em 30 de junho 2017), respectivamente. A remuneração média no 2º trimestre de 2018 foi de R\$21(R\$15 no 2º trimestre de 2017).

Notas Explicativas

A Companhia ofereceu aos seus executivos Programa de Remuneração Variável através do 1º programa de concessão de ações, denominada Incentivo de Longo Prazo (ILP), aprovado pelo Conselho de Administração em 10 de maio de 2018. O benefício é direcionado aos executivos da Companhia a ser pago em Units de emissão da controladora Energisa, até o limite previsto da ordem de 44.703 units, a ser baseado em um valor definido para cada nível levando em consideração o desempenho individual, a ser consignado no contrato de concessão de ações, e da Companhia, de acordo com o escopo de cada executivo. O benefício visa atrair e reter executivos chaves e premia-los em função do seu desempenho, aliado às metas de desempenho da Companhia. O período de aquisição do direito (vesting) é de 3 anos a contar a partir da data da outorga. A implementação do plano se dará ao longo de 2018. O ILP não produziu efeitos relevantes no resultado do período findo em 30 de junho de 2018.

13 Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente.

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das Informações Financeiras Intermediárias e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

	30/06/2018	31/12/2017
Ativo		
Base negativa de contribuição social s/ o lucro	10.918	12.977
Diferenças temporárias:		
Imposto de renda	204.604	209.532
Contribuição social sobre o lucro líquido	73.657	75.431
Total	289.179	297.940
Passivo		
Diferenças temporárias:		
Imposto de renda	155.955	116.546
Contribuição social	56.144	41.957
Total	212.099	158.503
Total líquido - ativo não circulante	77.080	139.437

A natureza dos créditos diferidos são como segue:

	30/06/2018		31/12/2017	
	Base de cálculo	IRPJ + CSSL	Base de cálculo	IRPJ + CSSL
Ativo				
Base negativa da contribuição social sobre o lucro	121.311	10.918	144.190	12.977
Provisão para créditos (PCLD e Daycoval)	318.034	108.132	325.705	110.740
Outras provisões (honorários e outras)	288.063	97.941	280.983	95.534
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	119.131	40.505	124.552	42.348
Ajustes a valor presente	18.580	6.318	20.370	6.926
Outras adições temporárias	74.604	25.365	86.512	29.415
Instrumentos financeiros - derivativos	(55.592)	(18.902)	(16.424)	(5.584)
Encargos sobre reavaliação de ativos	(141.089)	(47.970)	(154.232)	(52.439)
IRPJ e CSSL sobre a parcela do VNR do contas a Receber da concessão e atualizações	(427.137)	(145.227)	(295.526)	(100.480)
Total - ativo não circulante	315.905	77.080	516.130	139.437

Notas Explicativas

A seguir, as realizações dos créditos fiscais ativos:

Exercícios	Realização de créditos fiscais
2018	12.097
2019	19.457
2020	17.810
2021	23.369
2022	27.207
2023 A 2027	189.239
Total	289.179

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do período, bem como a compensação dos créditos tributários registrados, são demonstrados como segue:

Alíquota Efetiva	01/04/2018 a 30/06/2018	01/01/2018 a 30/06/2018	01/04/2017 a 30/06/2017 reapresentado	01/01/2017 a 30/06/2017 reapresentado
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	74.817	243.910	56.691	112.444
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculados às alíquotas fiscais combinadas	(25.438)	(82.929)	(19.275)	(38.231)
Ajustes:				
Redução do imposto de renda e adicionais (*)	17	501	455	853
Créditos sobre incentivos fiscais - SUDAM (**)	5.453	18.586	11.755	15.223
Outros adições/(exclusões)	(100)	(286)	(124)	(140)
Impostos de renda e contribuição social sobre o lucro	(20.068)	(64.128)	(7.189)	(22.295)
Alíquota efetiva	26,82%	26,29%	12,54%	19,25%

(*) Referem-se basicamente a outros incentivos fiscais utilizados pela Companhia, como PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador), Doações/Patrocínios Culturais, Lei 8.313/91 e Projetos Desportivos, Lei 11.438/2006.

(**) Em dezembro de 2014 a Companhia obteve aprovação do Ministério da Integração Social do seu pedido de benefício fiscal para o período de 01 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2023 e o deferimento de seus pedidos junto à Receita Federal - Ato Declaratório Executivo nº 17-DRF/CBA de 02 de fevereiro de 2015 e consiste na redução de até 75% do Imposto de Renda calculado sobre o lucro de exploração.

14 Contas a receber da concessão

A Lei nº 12.783/13 determinou a metodologia que deve ser adotada na indenização dos ativos de geração, transmissão e distribuição ao final da concessão, o VNR - Valor novo de reposição.

Desde 31 de dezembro de 2012 a Companhia passou a reconhecer o VNR, homologado pela ANEEL, dos ativos que compõe a concessão, com a aplicação do IGPM. Em novembro de 2015 a ANEEL através da Resolução Normativa nº 686/2015, aprovou a revisão do Submódulo 2.3 dos Procedimentos de Revisão Tarifária (PRORET), da Base de Remuneração Regulatória (BRR), onde determinou que a base de remuneração fosse corrigida pela aplicação do IPCA.

A partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, objetivando melhor adequar as práticas contábeis, a Companhia passou a reconhecer mensalmente a remuneração da parcela dos ativos que compõe a base incremental, anteriormente aplicava a variação do IPCA somente sobre a base blindada (última revisão tarifária homologada pela ANEEL).

A remuneração do contas a receber da concessão, foi registrada em receitas operacionais como ativo financeiro indenizável da concessão no montante de R\$131.611 (R\$17.498 em 30 de junho de 2017).

O valor registrado no período de 30 de junho de 2018 inclui a parcela do processo do 4º ciclo tarifário aprovado pela Aneel através da Resolução Homologatória nº 2.379, de 03 de abril de 2018, Nota Técnica nº. 68/2018 - SGT/ANEEL.

Notas Explicativas

Seguem as movimentações ocorridas no período/exercício:

	30/06/2018	31/12/2017
Ativo financeiro valor justo -31/12/2017 e 31/12/2016	1.827.340	1.373.943
Adições no período/exercício (*)	(20.375)	433.949
Baixas no período/exercício	(23.463)	(27.269)
Receitas operacionais - ativo financeiro indenizável da concessão (**)	131.611	46.717
Ativo financeiro valor justo - 30/06/2018 e 31/12/2017	1.915.113	1.827.340

(*) Transferência do intangível para o grupo de contas a receber da concessão;

(**) Os ativos são atualizados pela variação mensal do IPCA, índice de remuneração utilizado pelo regulador nos processos de reajuste tarifário. Em função dos resultados e efeitos do 4º ciclo de revisão tarifária, aprovado através da Resolução Homologatória nº 2.379 e Nota Técnica nº 68/2018, a nova base de remuneração gerou complemento de R\$98.341, que acumulado com a aplicação do índice de atualização do período, gerou acréscimo de R\$131.611.

15 Investimentos

A Companhia mantém ativos não inclusos na base de remuneração tarifária, destinados à locação conforme abaixo:

	30/06/2018	31/12/2017
Terrenos	1.384	1.384
Edificações, obras civis e benfeitorias.	4.285	4.285
Outros investimentos	712	712
Depreciação acumulada	(149)	(149)
	6.232	6.232

16 Intangível e Imobilizado

	30/06/2018	31/12/2017
Imobilizado	12.457	13.818
Intangível - contrato de concessão	1.944.105	1.849.139
Total	1.956.562	1.862.957

Notas Explicativas

Intangível - contrato de concessão

Refere-se à parcela da infraestrutura utilizada na concessão da distribuição de energia elétrica a ser recuperada pelas tarifas durante o prazo da concessão.

	Taxa média de amortização/ depreciação	31/12/2017	Adição	Transferências	Baixas (*)	Amortização/ Depreciação (**)	30/06/2018
Intangível em Serviço							
Custo	3,97%	4.574.689	-	72.745	(59.152)	-	4.588.282
Amortização Acumulada		(2.398.703)	-	(1.097)	32.240	(129.631)	(2.497.191)
Subtotal		2.175.986	-	71.648	(26.912)	(129.631)	2.091.091
Em Curso		395.918	289.336	(71.648)	(109.236)	-	504.370
Total Intangível		2.571.904	289.336	-	(136.148)	(129.631)	2.595.461
(-) Obrigações vinculadas à concessão							
Em Serviço							
Custo	3,68%	1.490.381	-	(109.420)	-	-	1.380.961
Amortização Acumulada		(792.913)	-	-	-	(15.657)	(808.570)
Subtotal		697.468	-	(109.420)	-	(15.657)	572.391
Em Curso		25.297	73.859	109.420	(129.611)	-	78.965
Total das Obrigações vinculadas à concessão		722.765	73.859	-	(129.611)	(15.657)	651.356
Total Intangível		1.849.139	215.477	-	(6.537)	(113.974)	1.944.105
Imobilizado em Serviço							
Edificações e benfeitorias	3,33%	749	-	-	-	-	749
Máquinas e equipamentos	15,84%	28.268	-	329	(101)	-	28.496
Veículos	14,29%	84	-	-	-	-	84
Móveis e utensílios	6,25%	5.935	-	1	-	-	5.936
Total do imobilizado em serviço		35.036	-	330	(101)	-	35.265
Depreciação acumulada:							
Edificações e benfeitorias		(426)	-	-	-	(11)	(437)
Máquinas e equipamentos		(17.089)	-	-	40	(1.497)	(18.546)
Veículos		(83)	-	-	-	-	(83)
Móveis e utensílios		(3.620)	-	-	-	(122)	(3.742)
Total Depreciação acumulada		(21.218)	-	-	40	(1.630)	(22.808)
Subtotal Imobilizado		13.818	-	330	(61)	(1.630)	12.457
Imobilizado em curso		-	330	(330)	-	-	-
Total do Imobilizado		13.818	330	-	(61)	(1.630)	12.457
Total Ativo Intangível e Imobilizado		1.862.957	215.807	-	(6.598)	(115.604)	1.956.562

(*) Das baixas no montante de R\$6.598, (R\$20.375) refere-se às transferências do ativo intangível líquidas das obrigações especiais para o contas a receber da concessão e R\$26.973 refere-se a demais baixas realizadas no período, inicialmente contabilizadas nas Ordens de Desativação - ODD, e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do exercício na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais.

O montante transferido do ativo intangível, líquido das obrigações especiais, para o contas a receber da concessão de (R\$20.375) (R\$433.949 em 31 de dezembro de 2017), corresponde a parcela bifurcada do ativo intangível a ser indenizada no final da concessão pelo Poder Concedente, conforme prevê o contrato de concessão de distribuição de energia elétrica que está enquadrado nos critérios de aplicação da interpretação técnica do ICPC 01 (IFRIC 12).

(**) A Companhia reconheceu no período, créditos de PIS e COFINS sobre a amortização dos bens e equipamentos no montante de R\$7.324 (R\$13.769 em 31 de dezembro de 2017).

Notas Explicativas

	Taxa média de amortização/ depreciação	31/12/2016	Adição (*)	Transferências	Baixas (**)	Amortização/ Depreciação (***)	31/12/2017
Intangível em Serviço							
Custo	3,98%	3.762.828	-	879.286	(67.425)	-	4.574.689
Amortização Acumulada		(1.757.778)	-	(439.473)	50.069	(251.521)	(2.398.703)
Subtotal		2.005.050	-	439.813	(17.356)	(251.521)	2.175.986
Em Curso		717.143	706.934	(439.813)	(588.346)	-	395.918
Total Intangível		2.722.193	706.934	-	(605.702)	(251.521)	2.571.904
(-) Obrigações vinculadas à concessão							
Em Serviço							
Custo	3,68%	936.447	213	553.721	-	-	1.490.381
Amortização Acumulada		(324.596)	-	(426.183)	-	(42.134)	(792.913)
Subtotal		611.851	213	127.538	-	(42.134)	697.468
Em Curso		89.446	217.786	(127.538)	(154.397)	-	25.297
Total das Obrigações vinculadas à concessão		701.297	217.999	-	(154.397)	(42.134)	722.765
Total Intangível		2.020.896	488.935	-	(451.305)	(209.387)	1.849.139
Imobilizado em Serviço							
Edificações e benfeitorias	3,33%	295	-	164	290	-	749
Máquinas e equipamentos	15,89%	24.830	-	3.478	(40)	-	28.268
Veículos	14,29%	38.311	-	-	(38.227)	-	84
Móveis e utensílios	6,25%	5.863	-	74	(2)	-	5.935
Total do imobilizado em serviço		69.299	-	3.716	(37.979)	-	35.036
Depreciação acumulada:							
Edificações e benfeitorias		(237)	(51)	(164)	-	26	(426)
Máquinas e equipamentos		(14.368)	(4.705)	-	-	1.984	(17.089)
Veículos		(35.669)	(385)	-	36.501	(530)	(83)
Móveis e utensílios		(3.381)	-	-	-	(239)	(3.620)
Total Depreciação acumulada		(53.655)	(5.141)	(164)	36.501	1.241	(21.218)
Subtotal Imobilizado		15.644	(5.141)	3.552	(1.478)	1.241	13.818
Imobilizado em curso		-	3.552	(3.552)	-	-	-
Total do Imobilizado		15.644	(1.589)	-	(1.478)	1.241	13.818
Total Ativo Intangível e Imobilizado		2.036.540	487.346	-	(452.783)	(208.146)	1.862.957

(*) Inclui R\$15.780 em despesa de amortização referente ao reconhecimento dos ativos do Projeto de interligação da região de Comodoro, no estado de Mato Grosso, ao Sistema Interligado Nacional.

(**) Das baixas no montante de R\$452.783, R\$433.949 refere-se as transferências do ativo intangível líquidas das obrigações especiais -para o contas a receber da concessão, R\$1.718 refere-se a baixa da aeronave e R\$17.116 refere-se a demais baixas realizadas no exercício, inicialmente contabilizadas nas Ordens de Desativação - ODD, e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do exercício na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais.

O montante transferido do ativo intangível, líquido das obrigações especiais, para o contas a receber da concessão de R\$433.949 (R\$209.729 em 2016), corresponde a parcela bifurcada do ativo intangível a ser indenizada no final da concessão pelo Poder Concedente, conforme prevê o contrato de concessão de distribuição de energia elétrica que está enquadrado nos critérios de aplicação da interpretação técnica do ICPC 01 (IFRIC 12).

(***) A Companhia registrou no exercício, crédito de PIS e COFINS sobre amortização dos bens e equipamentos no montante de R\$13.769 (R\$13.138 em 2016).

A infraestrutura utilizada pela Companhia nas suas operações é vinculada ao serviço público de geração e distribuição de energia, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A - Resolução Normativa nº 691 de 08 de dezembro de 2015, regulamenta a desvinculação da infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para sua desvinculação, quando destinada à alienação.

Notas Explicativas

Determina, também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária específica e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão.

A amortização do intangível está sendo realizada de acordo com as taxas da Resolução Normativa da ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015, limitada ao prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. A taxa média ponderada de amortização utilizada foi de 3,97% (3,98% em 31 de dezembro de 2017).

O saldo do intangível e do contas a receber da concessão está reduzido pelas obrigações vinculadas a concessão, que são representadas por:

	30/06/2018	31/12/2017
Contribuições do consumidor (1)	1.475.662	1.426.074
Participação da União - recursos CDE (2)	480.333	456.062
Participação do Governo do Estado (2)	9.348	9.348
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	119.971	119.971
(-) Amortização acumulada	(808.570)	(792.913)
Total	1.276.744	1.218.542
Alocação:		
Contas a receber da concessão	625.388	495.777
Infraestrutura - Intangível em serviço	572.391	697.468
Infraestrutura - Intangível em curso	78.965	25.297
Total	1.276.744	1.218.542

(1) As contribuições do consumidor representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica.

(2) A participação da União (recursos provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE) e a participação do Governo do Estado, estão destinadas ao Programa Luz para Todos.

Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente

A Companhia passou pelo 4º ciclo de revisão tarifária e os valores decorrentes da Receita de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente, a partir de novembro de 2017, são apropriados em passivos financeiros setoriais - devoluções tarifárias conforme determina o a Resolução Normativa nº 660 de 28 de abril de 2015 e despacho da ANEEL nº 245 de 28 de janeiro de 2016.

17 Fornecedores

	30/06/2018	31/12/2017
Contratos Bilaterais (1 e 3)	353.615	392.731
Encargos de serviços do sistema	1.980	2.022
Uso da rede básica (1)	20.491	16.702
CCEE (2)	107.481	60.905
Energia livre	7.860	7.860
Materiais e serviços e outros (4)	78.922	63.613
Total	570.349	543.833
Circulante	550.841	465.802
Não Circulante	19.508	78.031

(1) Refere-se à aquisição de energia elétrica de geradores, uso da rede básica e uso do sistema de distribuição, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias.

(2) Incremento do custo de energia no Mercado de Curto Prazo-MCP em consequência do PLD que atingiu valores expressivos, com média de R\$457,42 em jun/2018, contra média de R\$234,46 em dez/2017.

(3) Refere-se às aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição - de energia elétrica, com prazo médio de liquidação de 40 dias.

Notas Explicativas

- (4) Inclui o montante de R\$136.555 (R\$195.078 em 31 de dezembro de 2017), referente ao parcelamento dos débitos com Eletrobrás do repasse Itaipu, consolidado em agosto de 2014 em 60 parcelas, com taxa de juros de 115% do CDI, sendo que nas 24 primeiras foram amortizados apenas os juros remuneratórios incidentes sobre o principal e nas 36 parcelas finais será amortizado o valor do principal. A partir de 30 de setembro de 2016, a Companhia iniciou o pagamento da parcela do principal.

Parcelamento repasse Itaipu	30/06/2018	31/12/2017
Parcelamento	195.078	326.228
Juros	6.222	28.778
Amortização	(64.745)	(159.928)
Total	136.555	195.078
Circulante	117.047	117.047
Não Circulante	19.508	78.031

18 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas.

Os saldos dos empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa efetiva de juros.

	30/06/2018	31/12/2017
Empréstimos e Financiamentos - moeda nacional	1.607.683	1.597.655
Empréstimos e financiamentos - moeda estrangeira	314.450	188.348
Encargos de dívidas - moeda nacional	19.403	8.715
Encargos de dívidas - moeda estrangeira	1.185	271
(-) Custos a amortizar moeda nacional	(130)	(2.755)
(-) Custos a amortizar moeda estrangeira	(876)	(1.006)
Marcação a mercado de dívidas	(4.807)	1.886
Total	1.936.908	1.793.114
Circulante	280.825	344.972
Não Circulante	1.656.083	1.448.142

Notas Explicativas

A composição da carteira de empréstimos e financiamentos e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Periodicidade Amortização	(Taxa efetiva de juros) (5)	Garantias (*)
	30/06/2018	31/12/2017					
FIDC Grupo Energisa IV - 1ª Série	353.402	353.307	TR + 7,00% a.a.	out/34	Mensal	3,44%	R
FIDC Grupo Energisa IV - 2ª Série	483.369	483.452	CDI + 0,70% a.a.	mai/31	Mensal	3,52%	R
CCB - Santander (4)	10.727	16.093	CDI + 2,28% a.a.	jun/19	Mensal	4,30%	R + A
Repasso BNDES - Bradesco (3)	-	93.102	TJLP + 3,96% a.a.	nov/21	Mensal	5,24% a 5,39%	A
Repasso BNDES - Itaú (3)	-	85.858	TJLP + 3,96% a.a.	nov/21	Mensal	5,24% a 5,39%	A
Repasso BNDES - Bradesco (3)	-	63.277	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	5,32%	A
Repasso BNDES - Itaú (3)	-	58.354	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	5,32%	A
Nota promissória 1ª Emissão (4)	261.257	252.778	105,50% CDI	out/18	Final	3,34%	A
Nota Flutuante de Juros - Santander (4)	518.331	200.149	CDI + 1,3248% a.a.	dez/20	Semestral	3,83%	A
(-)Custo de captação incorrido na contratação	(130)	(2.755)					
Total em Moeda Nacional	1.626.956	1.603.615					
Resolução 4131-Bank of America ML (1 e 4)	204.844	93.576	Libor + 1,20% a.a.	jan/21	Final Anual a partir de 2021	19,46% a 19,66%	A
Citibank Loan - 4131 (1 e 4)	55.400	47.525	Libor + 1,70% a.a.	jun/22	Anual a partir de 2021	19,71%	A
Citibank EDC Loan - 4131 (1 e 4)	55.391	47.518	Libor + 1,80% a.a.	jun/22	Anual a partir de 2021	19,76%	A
(-)Custo de captação incorrido na contratação	(876)	(1.006)					
(-) Marcação à Mercado de Dívida (2)	(4.807)	1.886					
Total em Moeda Estrangeira	309.952	189.499					
Total	1.936.908	1.793.114					

(*) A = Aval Energisa S.A., R=Recebíveis.

- (1) Os contratos em moeda estrangeiras possuem proteção de swap cambial e instrumento financeiros derivativos (vide nota explicativa nº 28 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos).
- (2) Estas operações estão sendo mensuradas ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de "hedge" de valor justo ou pela designação como "Fair Value Option" (vide nota explicativa nº 28 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos).
- (3) A controladora final Energisa S/A, firmou um acordo de investimentos com a BNDES Participações S.A - BNDESPAR por meio de um sindicato de bancos, formado entre Itaú Unibanco S.A., Banco Bradesco S.A., Banco BTG Pactual S.A. e Banco Citibank S.A., visando o repasse no âmbito dos programas FINAME e FINEM, no montante de R\$323.408, sujeito ao atendimento das condições estabelecidas entre os Agentes Repassadores e à confirmação, aprovação e disponibilidade de recursos por parte do BNDES destinados à expansão e modernização do sistema de distribuição de energia elétrica na área de concessão da Companhia, além de investimentos na aquisição de máquinas e equipamentos e investimentos sociais não contemplados nos licenciamentos ambientais.

Em 28 de março de 2018 a Companhia efetuou a liquidação antecipada dos contratos no valor de R\$283.344.

- (4) O contrato possui cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela controladora final Energisa S.A. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº 28 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos). Em 30 de junho de 2018, as exigências contratuais foram cumpridas.
- (5) As taxas efetivas de juros representam as variações ocorridas no período findo 30 de junho de 2018. Para as dívidas em moeda estrangeira, não estão sendo considerados os efeitos do hedge cambial, demonstrados na Nota Explicativa nº 28 Instrumentos Financeiros e gerenciamento de riscos.

Os financiamentos obtidos junto ao Finame estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados.

Para garantia do pagamento das parcelas, a Companhia mantém aplicações financeiras no montante de R\$54.429 (R\$65.024 em 31 de dezembro 2017), registrado na rubrica "Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados" no ativo.

Notas Explicativas

A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Os principais indicadores utilizados para a atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais e taxas efetivas no período:

Moeda/indicadores	30/06/2018	31/12/2017
US\$ x R\$	16,56%	1,50%
TJLP	3,28%	7,12%
SELIC	3,17%	9,85%
CDI	3,17%	9,94%
IPCA	2,60%	2,95%
LIBOR	2,30%	1,30%
TR	0,00%	0,60%

Os financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	30/06/2018
2019	66.571
2020	555.681
2021	175.171
2022	102.740
Após 2022	755.920
Total	1.656.083

Seguem as movimentações ocorridas no período/exercício:

Descrição	30/06/2018	31/12/2017
Saldos em 31/12/2017 e 31/12/2016	1.793.114	1.356.651
Novos empréstimos e financiamentos obtidos	395.000	737.247
Custos Apropriados	-	(1.533)
Encargos de dívidas - juros, custos, variação monetária e cambial	110.435	137.838
Marcação a Mercado das Dívidas	(6.693)	1.887
Pagamento de principal	(307.117)	(323.143)
Pagamento de juros	(47.831)	(115.833)
Saldos em 30/06/2018 e 31/12/2017	1.936.908	1.793.114
Circulante	280.825	344.972
Não circulante	1.656.083	1.448.142

Os custos de captações dos financiamentos a serem amortizados nos exercícios subsequentes são:

Contratos	2018	2019	2020 em diante	Total
LOAN Citi	135	222	432	789
LOAN EDC	15	24	48	87
Nota promissória 1ª Emissão	130	-	-	130
Total	280	246	480	1.006

19 Debêntures (não conversíveis em ações)

O saldo de debêntures e demais componentes a elas relacionados, são:

Descrição	30/06/2018	31/12/2017
Debentures - moeda nacional	793.615	542.024
(-) custos de captação incorridos na captação	(8.636)	(7.696)
Marcação à Mercado de Dívida	792	-

Notas Explicativas

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos	Vencimento	Amortização	Taxa efetiva de juros
	30/06/2018	31/12/2017						
Debentures 5ª Emissão	-	233.818	15/05/2014	34.140 / 34.140	CDI+2,28% a.a	mai / 21	Mensal, após jun.2016	4,30%
Debentures 6ª Emissão 1ª Série	84.742	85.073	19/07/2017	81.885 / 81.885	IPCA+5,60% a.a	jun / 22	Final	5,36%
Debentures 6ª Emissão 2ª Série	76.060	76.375	19/07/2017	73.494 / 73.494	IPCA+5,6601% a.a	jun / 24	Final	5,39%
Debentures 7ª Emissão 1ª Série	11.116	10.683	31/10/2017	10.544 / 10.544	IPCA+4,4885% a.a	out / 22	Final	4,82%
Debentures 7ª Emissão 2ª Série	2.074	1.991	31/10/2017	1.965 / 1.965	IPCA+4,7110% a.a	out / 24	Final	4,93%
Debentures 7ª Emissão 3ª Série	3.870	3.708	31/10/2017	3.657 / 3.657	IPCA+5,1074% a.a	out / 27	Final	5,12%
Debentures 7ª Emissão 4ª Série	134.842	130.376	31/10/2017	128.834 / 128.834	107,75% CDI	out / 22	Annual após out/20	3,42%
Debentures 8ª Emissão	480.911	-	07/03/2018	47.000 / 47.000	CDI+1,10% a.a	fev / 21	Final	3,72%
(-) custos incorridos na captação	(8.636)	(7.696)						
Marcação à Mercado de Dívida	792	-						
Total	785.771	534.328						
Total						785.771		534.328
Circulante						15.491		72.748
Não Circulante						770.280		461.580

Em 07 de Março de 2018 a EMT fez a 8ª Emissão de Debêntures em série única no valor total de R\$470.000, sendo os recursos captados com a emissão destinados à gestão ordinária dos negócios da Emissora.

Os recursos captados com a 6ª e 7ª Emissão de Debêntures foram destinados para os projetos de Investimentos em Infraestrutura de Distribuição de Energia Elétrica que compreende a expansão, renovação ou melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica.

A totalidade das debêntures emitidas referente as 6ª e 7ª emissão, foram totalmente adquiridas pela controladora Energisa S/A.

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essa garantia é estruturada a partir de indicadores estabelecidos pelo controlador final (Energisa S.A.). O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativo nº 28). Em 30 de junho de 2018, as exigências contratuais foram cumpridas.

Em 16 de janeiro de 2018, a Companhia realizou o resgate antecipado total da sua 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie quirografária, com garantia fidejussória. O valor do resgate atingiu R\$228.363, equivalentes ao saldo do valor nominal unitário das debêntures acrescido da remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a última data de pagamento de remuneração, bem como dos encargos moratórios e do prêmio de resgate.

As debêntures classificadas no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	30/06/2018
2020	39.534
2021	511.515
2022	138.184
Após 2022	81.047
Total	770.280

Notas Explicativas

Seguem as movimentações ocorridas no período/exercício:

Descrição	30/06/2018	31/12/2017
Saldos em 31/12/2017 e 31/12/2016	534.328	301.690
Novas emissões de debêntures	470.000	300.379
Encargos de dívidas - juros, custos, variação monetária e cambial	27.315	40.857
Marcação a Mercado das Dívidas	792	-
Custos das debêntures	(2.967)	(7.090)
Pagamento de principal	(233.165)	(68.360)
Pagamento de juros	(10.532)	(33.148)
Saldos em 30/06/2018 e 31/12/2017	785.771	534.328
Circulante	15.491	72.748
Não circulante	770.280	461.580

Os custos de captações das debêntures a serem amortizados nos exercícios subsequentes são:

Contratos	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2020 em diante	Total
Debêntures 6ª Emissão 1ª Série	309	619	1.547	2.475
Debêntures 6ª Emissão 2ª Série	196	392	1.766	2.354
Debêntures 7ª Emissão 1ª Série	10	19	54	83
Debêntures 7ª Emissão 2ª Série	1	3	12	16
Debêntures 7ª Emissão 3ª Série	2	3	26	31
Debêntures 7ª Emissão 4ª Série	112	224	634	970
Debêntures 8ª Emissão Ser. Única	507	1.015	1.185	2.707
Total	1.137	2.275	5.224	8.636

20 Impostos e Contribuições Sociais

20.1 Impostos e contribuições sociais correntes

	30/06/2018	31/12/2017
Imposto s/ Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (*)	206.948	162.431
Encargos sociais	4.973	6.034
CSLL	596	1.583
IRPJ	62	4.396
Contribuições ao PIS e a COFINS	32.982	18.924
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	638	82
Outros	12.909	13.439
Total	259.108	206.889
Circulante	144.972	122.929
Não Circulante	114.136	83.960

(*) ICMS - inclui R\$114.052 (R\$83.960 em 31 de dezembro de 2017), referente ao ICMS incidente sobre a TUSD suspenso por liminares (vide nota explicativa nº 6).

20.2 Parcelamentos de impostos

A Companhia consolidou, em outubro de 2016, junto a Secretaria de Fazenda - SEFAZ, parcelamento de débitos de ICMS, conforme Processo nº 5173892-2016 em 24 parcelas mensais e consecutivas, que segue:

Segue a movimentação dos parcelamentos:

ICMS	30/06/2018	31/12/2017
Saldos iniciais - 31/12/2017 e 31/12/2016	222	496
Juros	2	8
Amortização no período/exercício	(127)	(282)
Saldos finais - 30/06/2018 e 31/12/2017 - circulante	97	222

Notas Explicativas

21 Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais

Uma provisão é reconhecida no momento em que a obrigação for considerada provável pelos assessores jurídicos da Companhia. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação pode ser mensurada com razoável certeza e é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada. Por sua natureza, os processos judiciais serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

Segue demonstrativo da movimentação das provisões:

	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Regulatórias	30/06/2018	31/12/2017
Saldo inicial - 31/12/2017 e 31/12/2016	6.948	112.216	685	4.703	124.552	128.006
Constituições de provisões	785	15.908	-	-	16.693	48.135
Reversões de provisões	(700)	(7.099)	-	-	(7.799)	(27.130)
Pagamentos realizados	(1.240)	(14.103)	-	-	(15.343)	(25.608)
Atualização monetária	(670)	1.677	21	-	1.028	1.149
Saldo final - 30/06/2018 e 31/12/2017	5.123	108.599	706	4.703	119.131	124.552
Cauções e depósitos vinculados (*)					(3.767)	(2.676)

(*) A Companhia possui cauções e depósitos vinculados no ativo não circulante, no montante de R\$16.052(R\$6.927 em 31 de dezembro de 2017). Desse total, R\$12.285 (R\$4.251 em 31 de dezembro de 2017) não possuem provisões para riscos em face do prognóstico de perda ser possível ou remoto.

Perdas prováveis:

Trabalhistas

A maioria dessas ações tem por objeto discussões sobre recebimento de horas extras, adicional de periculosidade, horas de sobreaviso, indenizações por danos decorrentes de acidente no trabalho, em sua grande maioria relacionada a ex-empregados de prestadores de serviços contratados pela Companhia, reclamando verbas rescisórias, FGTS e demais verbas contratuais/legais, com pedido de responsabilidade subsidiária/solidária da Companhia.

Cíveis

Nos processos cíveis discute-se principalmente sobre o valor de contas de energia elétrica, em que o consumidor requer a revisão ou o cancelamento da fatura; a cobrança de danos materiais e morais, decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos medidores de energia elétrica ou decorrentes de variações na tensão elétrica ou de falta momentânea de energia.

Fiscais

Refere-se a discussões relacionadas a Cofins, PIS, INSS, ISS, ICMS, CSLL e IRPJ. Os processos encontram-se com a exigibilidade de seus créditos suspensa, seja por estarem em trâmite os processos administrativos, seja porque se encontram devidamente garantidas as execuções fiscais em andamento.

Regulatórias

Refere-se a processos de contingencias regulatórias junta à ANEEL, referente descumprimento de preceito regulatório.

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião dos seus consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimada como provável.

Notas Explicativas

Perdas possíveis:

A Companhia possui processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento em um montante total de R\$1.602.889 (R\$1.300.372 em 31 de dezembro de 2017), cuja probabilidade de perda foi estimada pelos consultores jurídicos como possível, não requerendo a constituição de provisão.

O incremento de R\$302.517, registrado no período findo em 30 de junho de 2018, refere-se substancialmente às movimentações ocorridas no contencioso cível.

Seguem os comentários de nossos consultores jurídicos referente às ações consideradas com riscos possíveis:

Trabalhistas

As ações judiciais de natureza trabalhista no montante de R\$41.097 (R\$42.914 em 31 de dezembro de 2017) têm como objeto o pleito de horas extras, de adicional de periculosidade, horas de sobreaviso, indenizações por danos decorrentes de acidente de trabalho, bem como a responsabilidade subsidiária da Companhia em relação às verbas referentes aos contratos de trabalho firmados entre as empresas que lhe prestam serviços e seus empregados.

A redução de R\$1.817, registrado no período findo em 30 de junho de 2018, basicamente refere-se a movimentação de arquivamento de processos, em especial o processo 0000228-65.2016.5.23.0126.

Principais processos:

. Reclamação trabalhista 0001087-16.2017.5.23.0006, com valor envolvido de R\$13.072 (R\$12.870 em 31 de dezembro de 2017), onde se discute questões relacionadas a jornada de trabalho.

. Reclamação trabalhista 0000203-14.2015.5.23.0052 no valor de R\$2.863 (R\$2.819 em 31 de dezembro de 2017), relacionada a Responsabilidade Subsidiária, onde se discute questões relacionadas obrigações não cumpridas pelo contratado com relação a acidente de trabalho.

. Reclamação trabalhista 0000806-57.2017.5.23.0007 com valor envolvido de R\$1.901 (R\$1.872 em 31 de dezembro de 2017), recebido em 2017 relacionada a Responsabilidade Subsidiária, onde se discute questões relacionadas obrigações não cumpridas pelo contratado com relação a acidente de trabalho.

Cíveis

As ações judiciais de natureza cível, cujo montante é de R\$642.390 (R\$311.662 em 31 de dezembro de 2017), têm majoritariamente os seguintes objetos: (i) revisão ou o cancelamento de faturas de energia elétrica; (ii) indenizações por danos materiais e morais decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos aparelhos de medição, de variações de tensão elétrica, falta momentânea de energia e acidentes na rede elétrica; e (iii) multas regulatórias originárias de procedimentos de fiscalização do poder concedente que se encontram em processo administrativo.

O aumento de R\$330.728, registrado no período findo em 30 de junho de 2018, refere-se substancialmente ao impacto provocado pela movimentação ocorrida no processo 0053723-89.2016.4.01.3400, para o qual foi registrado um aumento de R\$287.085 no valor envolvido com alteração de prognóstico de remoto para possível.

Esta movimentação é fruto da análise das resoluções homologatórias da ANEEL, que validaram as tarifas praticadas no período, desse modo, recalculou-se o efetivo valor de eventual risco financeiro e reavaliou-se o prognóstico de perda, expurgando-se valores pleiteados sem respaldo na lei consumerista, visto que a tarifa praticada sempre esteve em consonância com as determinações da agência reguladora.

Principais processos:

. Ação 0053723-89.2016.4.01.3400, no montante de R\$288.085, relacionada ao pleito de restituição de valores cobrados em faturas de energia elétrica, referentes a perdas técnicas e comerciais, que em face

Notas Explicativas

de novas análises efetuadas pelos nossos consultores jurídicos o prognóstico foi alterado de perda remota para possível.

. Ação de indenização 17436-75.2014.811.0041, no montante de R\$68.573 (R\$67.513 em 31 de dezembro de 2017), ajuizada por Conel Construções Elétricas Ltda, objetivando o ressarcimento por danos materiais e morais, fundamentada em suposta rescisão imotivada pela ré do contrato de prestação de serviços.

. Ação de indenização 54570-73.2013.811.0041, no montante de R\$38.860 (R\$38.259 em 31 de dezembro de 2017), objetivando o ressarcimento de valores em razão de onerosidade excessiva dos contratos de prestação de serviço e de descumprimento de obrigações previstas nos contratos.

. Ação de indenização 13549-66.2015.811.0003 no montante de R\$33.563 (R\$33.044 em 31 de dezembro de 2017), onde se discute matéria relacionada a danos morais e materiais.

. Ação de indenização 1005691-76.2017.811.0041 no montante de R\$27.900 (R\$27.469 em 31 de dezembro de 2017), recebido em 2017, onde se discute matéria relacionada a verbas não pagas por ocasião da execução de contratos de prestação de serviços adicionais.

Fiscais

As ações de natureza fiscal e tributária no montante de R\$919.402 (R\$945.796 em 31 de dezembro de 2017), referem-se basicamente, aos seguintes objetos: (i) ICMS incidente sobre a demanda de energia; (ii) compensação e aproveitamento de créditos de ICMS; (iii) diferencial de alíquota de ICMS; e (iv) imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISSQN) na figura de substituto tributário dos municípios, entre outros.

A redução de R\$26.394 registrado no período findo em 30 de junho de 2018, refere-se especialmente a movimentações de alterações de prognóstico (possível para remoto) realizadas nos processos 1226560013000592009-17, 1226560013000582009-16, 1226560013000572009-15, 1226560013000562009-14.

Principais processos:

. Processos 5044000/2015, 1189910010000012009-19, 5069184/2013, 167410016000122008-11, 5028005/2011, envolvendo ICMS incidente sobre demanda de energia (“ICMS Demanda”) no montante de R\$698.331 (R\$677.204 em 31 de dezembro de 2017), para o qual a Companhia não constituiu provisão, com base na avaliação de seus consultores jurídicos. Os processos referentes a ICMS Demanda, decorrem de autuação em virtude de falta de arrecadação e recolhimento do tributo, por conta de impedimento judicial (decisões judiciais suspendendo a exação, obtidas por consumidores). Após a cessação dos efeitos das referidas decisões, a Companhia vem mantendo discussões com a SEFAZ/MT, no sentido de construir uma solução para a arrecadação deste tributo, por meio da participação da Companhia, na condição de mero agente arrecadador. As discussões culminaram na abertura da possibilidade de adesão direta pelos consumidores, ao programa de parcelamento vigente do Estado (Refis MT - Leis Estadual n° 10.433/2016 e Decreto n° 780/2016).

. Destaca-se também os processos 1000985-84.2016.811.0041, 1189910010000092010-19, 122752000142016115, 1035343/630/96/2014, 5205023/2012 e 5095376/2016, referentes à tomada de crédito do diferencial de alíquota de ICMS, nas operações de aquisição de bens destinados ao ativo permanente no valor total de R\$205.902 (R\$199.673 em 31 de dezembro de 2017), dentre os quais salienta-se uma execução fiscal no valor de R\$61.942 (60.068 em 31 de dezembro de 2017), processo 1000985-84.2016.811.0041; em divergência com preceitos constitucionais e com a Lei Complementar n° 87/96, a Lei Estadual n° 7.098/98 do Estado de Mato Grosso veda em seu art. 25, §6º, a tomada deste crédito; o tema é objeto da ADI n° 4.623/MT, em trâmite perante o STF, já com parecer favorável da Advocacia Geral da União.

. Auto de infração 01117855020128130699 lavrado pela Secretaria da Fazenda do Estado de Mato Grosso, com cobrança de ICMS relativo ao período de janeiro de 2010 a janeiro de 2012, sob o fundamento de que a Companhia supostamente teria se apropriado indevidamente de crédito fiscal relativo ao diferencial de alíquota pelas aquisições de bens destinados ao ativo permanente, que após apresentação de manifestação - teve a autuação transferida para o processo 5205023/2012, no valor - de R\$73.942 (R\$71.705 em 31 de dezembro de 2017).

Notas Explicativas

22 Encargos setoriais e incorporação de redes

22.1 Taxas Regulamentares

	30/06/2018	31/12/2017
Quota Reserva Global de Reversão - RGR	20.275	28.847
Quota - Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	54.303	85.631
Total (*)	74.578	114.478
Circulante	66.205	80.985
Não circulante	8.373	33.493

(*) Em 30 de junho de 2018 inclui R\$14.961 (R\$29.741 em 31 de dezembro de 2017) da parcela corrente do mês de junho da quota CDE.

Em 12 de agosto de 2014, o parcelamento dos débitos em atraso da RGR e CDE foi consolidado em 60 parcelas, com aplicação da taxa Selic, sendo nas 24 primeiras, amortizado apenas os juros remuneratórios incidentes sobre o principal e nas 36 parcelas finais, será amortizado o principal.

Segue a movimentação ocorrida no período/exercício:

Movimentação	30/06/2018	31/12/2017
Saldos iniciais - 31/12/2017 e 31/12/2016	84.737	134.976
Juros	2.268	11.323
Amortização	(27.388)	(61.562)
Total Parcelamento	59.617	84.737
Quota corrente - CDE	14.961	29.741
Saldos finais - 30/06/2018 e 31/12/2017	74.578	114.478

22.2 Obrigação do Programa de Eficiência Energética

O contrato de concessão da Companhia estabelece a obrigação de aplicar anualmente o montante de 1% da receita operacional líquida, em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. Esse montante é destinado aos Programas de Eficiência Energética (PEE), Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), Ministério de Minas e Energia (MME) e ao Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (PROCEL). A participação de cada um dos programas está definida pelas Leis nº 10.848 de 15 de março de 2004, nº 11.465 de 28 de março de 2007, nº 2.212 de 21 de janeiro de 2010 e nº 13.280 de 03 de maio de 2016.

	30/06/2018	31/12/2017
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	1.298	1.071
Ministério de Minas e Energia - MME	649	536
Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - PROCEL	4.145	2.367
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	54.419	52.230
Programa de Eficiência Energética - PEE	63.804	68.879
Total	124.315	125.083
Circulante	57.153	52.084
Não Circulante	67.162	72.999

A atualização das parcelas referentes aos PEE e P&D é efetuada pela taxa de juros SELIC, de acordo com as Resoluções Normativas ANEEL nº 176, de 28 de novembro de 2005, nº 219, de 11 de abril de 2006, nº 300, de 12 de fevereiro de 2008, nº 316, de 13 de maio de 2008, nº 504, de 14 de agosto de 2012 e nº 556, de 18 de junho de 2013 e Ofício Circular nº 1.644/2009-SFF/ANEEL, de 28 de dezembro de 2009.

Notas Explicativas

Por meio da Resolução Normativa nº 316, de 13 de maio de 2008, alterada pela REN nº 504 de 14 de agosto de 2012 e nº 556 de 18 de junho de 2013, a ANEEL estabeleceu novos critérios para cálculo, aplicação e recolhimento dos recursos do programa de eficiência energética. Dentre esses novos critérios, foram definidos os itens que compõem a base de cálculo das obrigações, ou seja, a receita operacional líquida e o cronograma de recolhimento ao FNDCT e ao MME.

Os gastos realizados com os projetos de PEE e P&D estão registrados na rubrica de serviços em curso até o final dos projetos, quando são encerrados contra os recursos do programa.

A realização das obrigações com o PEE e P&D por meio da aquisição de ativo intangível tem como contrapartida o saldo de obrigações especiais.

Total dos encargos setoriais (taxas regulamentares e obrigação do PEE)	30/06/2018	31/12/2017
Taxas Regulamentares	74.578	114.478
Obrigação do Programa de Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento	124.315	125.083
Total	198.893	239.561
Circulante	123.358	133.069
Não Circulante	75.535	106.492

22.3 Incorporação de Redes

As Resoluções Normativas da ANEEL n.º 223/2003, n.º 229/2006, n.º 238/2006, n.º 250/2007, n.º 368/2009, n.º 414/2010 e n.º 488/2012 estabelecem as condições gerais para o atendimento aos pedidos de ligação de novas unidades consumidoras. Os regulamentos citados preveem que o solicitante, individualmente ou em conjunto, e os órgãos públicos, inclusive da administração indireta, poderão aportar recursos, em parte ou no todo, para as obras necessárias à antecipação da ligação ou executar as obras de extensão de rede mediante a contratação de terceiro legalmente habilitado. Os recursos antecipados ou o valor da obra executada pelo interessado deverão ser restituídos pela Concessionária até o ano em que o atendimento ao pedido de fornecimento seria efetivado segundo os Planos de Universalização, para os casos de consumidores que se enquadrem aos critérios de atendimento sem custo ou nos prazos fixados nos regulamentos que tratam do atendimento com participação financeira do interessado.

O prazo de universalização de energia elétrica em áreas rurais em Mato Grosso foi prorrogado para 2020. A revisão do cronograma foi aprovada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), por meio da Resolução Homologatória nº 1993, publicada no Diário Oficial da União (DOU) do dia 15 de dezembro de 2015.

	30/06/2018	31/12/2017
Saldos iniciais - 31/12/2017 e 31/12/2016	185.905	277.618
Adições	4.953	41.277
Atualização monetária e juros	47.976	55.036
Baixas - pagamentos	(96.588)	(188.026)
Saldos finais - 30/06/2018 e 31/12/2017	142.246	185.905
Circulante	43.329	86.988
Não circulante	98.917	98.917

Notas Explicativas

23 Outros passivos

	30/06/2018	31/12/2017
Valores e encargos a recuperar tarifa - TUSD	12.201	12.201
Auto de infração	510	1.492
Adiantamento de consumidores	7.430	5.899
Encargos tarifários	3.619	3.618
Participações empregados e administradores	528	5.589
Arrecadação de terceiros a repassar	951	911
Entidades seguradoras - prêmios de seguros	103	1.487
Ressarcimento EPB - Salto Paraíso (*)	45.228	47.022
Transferência de Ativos-Global Energia Elétrica S/A	10.469	10.469
Retenção de Caução Contratual	6.003	1.997
Outros credores	8.751	13.766
Total	95.793	104.451
Circulante	77.612	90.273
Não circulante	18.181	14.178

(*) Refere-se a incorporação da conexão das usinas na SE Salto Paraíso com ressarcimento a ser pago pela Companhia a EBP (Enel Brasil Participações) por meio de compensação com crédito decorrente do contrato de uso do sistema de distribuição ("CUSD").

24 Patrimônio líquido

24.1 Capital Social

O capital social subscrito e integralizado é de R\$1.514.569 (R\$1.514.569 em 31 de dezembro de 2017) e está representado por 73.478 (73.478 em 31 de dezembro de 2017) ações ordinárias e 139.433 (139.433 em 31 de dezembro de 2017) ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

24.2 Reserva de lucros - reserva de incentivos fiscais

A Companhia por atuar no setor de infraestrutura na região Centro Oeste, obteve a redução (75% do imposto calculado sobre o lucro da exploração) do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 551, § 3º, do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999.

Esta redução foi aprovada para o período de 2014 a 2023, Ato Declaratório Executivo nº 17 - DRF/CBA - Laudo Constitutivo da SUDAM nº 114/2014, que impôs algumas obrigações e restrições:

- (i) O valor apurado como benefício não pode ser distribuído aos acionistas;
- (ii) O valor deve ser contabilizado como reserva de lucros e capitalizado até 31 de dezembro do ano seguinte à apuração e/ou utilizado para compensação de prejuízos; e
- (iii) O valor deve ser aplicado em atividades diretamente relacionadas com a atividade de distribuição de energia elétrica na área de concessão da Companhia.

A partir da edição da Lei nº 11.638/07 e Lei 11.941/09 os incentivos fiscais passaram a ser contabilizados no resultado do exercício com posterior transferência para reservas de lucros - reserva de redução de imposto de renda. No período findo em 30 de junho de 2018 a Companhia apurou R\$18.586 (R\$11.626 em 31 de dezembro de 2017 de reversão) de redução de imposto de renda e adicionais.

24.3 Dividendos

Em Ata de Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 13 de junho de 2018, foi aprovado o pagamento de dividendos no montante de R\$223.531 equivalentes a R\$1,04987948878 por ação ordinária e preferencial, sendo R\$24.631 de dividendos intercalares apurados com base no balanço de 31 de março de 2018, equivalentes a R\$0,11568601055 por ação ordinária e preferencial e R\$198.900 de saldo de reserva de lucros de exercícios anteriores, equivalentes a R\$0,93419347823 por ação ordinária e preferencial, tendo sido quitado R\$223.368 em 27 de junho de 2018 e o saldo remanescente será posteriormente liquidado.

Notas Explicativas

25 Receita operacional

Receita Bruta	Fora do escopo dos auditores independentes		01/04/2018 a 30/06/2018	01/01/2018 a 30/06/2018	Fora do escopo dos auditores independentes		01/04/2017 a 30/06/2017 (Reapresentado)	01/01/2017 a 30/06/2017 (Reapresentado)
	Nº de consumidores	MWh	R\$	R\$	Nº de consumidores	MWh	R\$	R\$
Residencial	1.073.856	1.398.782	509.269	961.805	1.044.916	1.346.286	456.383	891.247
Industrial	19.086	313.147	124.025	222.552	19.471	316.431	113.647	219.311
Comercial	93.645	776.051	304.189	571.604	93.528	764.396	275.059	548.072
Rural	177.783	519.242	147.396	267.752	171.185	494.268	127.684	247.084
Poder Público	12.007	176.744	67.925	119.563	12.061	182.328	66.739	120.296
Iluminação Pública	859	171.390	29.648	53.303	873	181.965	25.550	54.456
Serviço Público	1.355	95.188	30.989	57.128	1.269	93.211	27.759	54.976
Consumo Próprio	310	4.765	-	-	315	5.248	-	-
Subtotal	1.378.901	3.455.309	1.213.441	2.253.707	1.343.618	3.384.133	1.092.821	2.135.442
Suprimento	-	299.241	54.364	76.036	-	443.536	39.284	81.603
Fornecimento Não Faturado Líquido	-	(23.636)	(11.730)	35.544	-	4.736	1.664	4.458
Disponibilidade do sistema de transmissão e de distribuição	203	-	117.878	221.903	189	-	117.892	216.983
Receita de construção da infraestrutura ⁽¹⁾	-	-	135.895	182.617	-	-	168.415	269.866
Penalidades Regulatórias (3)	-	-	(740)	(740)	-	-	-	-
Outras receitas operacionais	-	-	6.413	14.715	-	-	9.494	18.669
Valor justo ativo indenizável	-	-	33.270	131.611	-	-	1.600	17.498
(-) Ultrapassagem Demanda	-	-	-	-	-	-	(3.258)	(5.836)
(-) Excedente de Reativos	-	-	-	-	-	-	(4.530)	(9.362)
Constituição e amortização - CVA ativa e passiva ⁽²⁾	-	-	13.290	107.398	-	-	1.273	(56.521)
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	81.320	152.184	-	-	65.987	126.377
Total - receita operacional bruta	1.379.104	3.730.914	1.643.401	3.174.975	1.343.807	3.832.405	1.490.642	2.799.177
Deduções da receita operacional								
ICMS	-	-	317.356	594.786	-	-	289.253	557.970
PIS	-	-	24.979	47.549	-	-	21.147	40.793
COFINS	-	-	111.837	219.012	-	-	97.403	187.893
ISS	-	-	55	137	-	-	60	122
Deduções Bandeiras Tarifárias - CCRBT ⁽⁴⁾	-	-	(1.048)	(9.486)	-	-	40.497	41.433
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	4.521	8.890	-	-	3.871	7.408
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	107.187	211.275	-	-	89.224	185.078
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	4.521	8.890	-	-	3.871	7.408
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	1.294	2.346	-	-	1.044	2.074
Total - deduções receita operacional	-	-	570.702	1.083.399	-	-	546.370	1.030.179
Total - receita operacional líquida	1.379.104	3.730.914	1.072.699	2.091.576	1.343.807	3.832.405	944.272	1.768.998

Notas Explicativas

- (1) A receita de construção da infraestrutura está representada pelo mesmo montante em custo de construção da infraestrutura. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem a custo de construção das obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica.
- (2) Refere-se ao montante de ativos e passivos financeiros setoriais reconhecidos no resultado do período findo em 30 de junho de 2018 de acordo com o OCPC 08.
- (3) Com a adoção do CPC 47 Receitas de Contratos com cliente a partir de 1º de janeiro de 2018, com base no método retrospectivo modificado, as multas regulatórias (DIC, FIC e DMIC), passaram a ser reconhecidas em dedução às receitas operacionais.
- (4) A partir de janeiro de 2015, as contas de energia tiveram a aplicação do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O acionamento da bandeira tarifária será sinalizado mensalmente pela ANEEL, de acordo com as informações prestadas pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, conforme a capacidade de geração de energia elétrica no país.

A ANEEL, através do Ofício nº 185 de 08 de abril de 2015, com alteração efetuada pelo Despacho nº 245 de 28 de janeiro de 2016, alterado pelo Despacho nº 4.356 de 22 de dezembro de 2017, estabeleceu novos procedimentos contábeis para registro das receitas adicionais das Bandeiras Tarifárias. Pela alteração proposta, os montantes das bandeiras passam a ser registrados na receita operacional.

As receitas auferidas pela Companhia referentes às Bandeiras Tarifárias no período findo em 30 de junho de 2018, foram de R\$29.287 (R\$45.088 em 30 de junho de 2017), tendo sido recebido da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias - CCRBT, o montante de R\$9.486 (R\$41.433 em 30 de junho de 2017). Dessa forma, o efeito líquido das bandeiras tarifárias no resultado da Companhia no período findo em 30 de junho de 2018 foi de R\$38.773 (R\$3.655 em 30 de junho de 2017).

Para os meses de janeiro a abril de 2018 e 2017 a ANEEL já homologou os valores conforme abaixo:

Meses	Despacho	30/06/2018	30/06/2017
Janeiro	Nº 516 de 06 de março de 2018 (Nº 592 de 02 de março de 2017)	2.842	14
Fevereiro	Nº 728 de 02 de abril de 2018 (Nº 899 de 30 de março de 2017)	612	15
Março	Nº 981 de 30 de maio de 2018 (Nº 1.237 de 05 de maio de 2017)	484	(5.802)
Abril	Nº 1.210 de 01 de junho de 2018 (Nº 1.492 de 30 de maio de 2017)	563	(14.223)
Maio	A ser homologado em julho de 2018 (Nº 1.944 de 04 de julho de 2017)	-	(14.450)
Junho	A ser homologado em julho de 2018 (Nº 2.330 de 01 de agosto de 2017)	4.985	(6.987)
Total		9.486	(41.433)

26 Energia Elétrica comprada para revenda

	MWH (***)		Energia elétrica comprada p/revenda			
	Não revisado pelos auditores independentes					
	30/06/2018	30/06/2017	01/04/2018 a 30/06/2018	01/01/2018 a 30/06/2018	01/04/2017 a 30/06/2017	01/01/2017 a 30/06/2017
Energia de Itaipu - Binacional	635.138	648.580	92.742	161.204	77.921	140.200
Energia de leilão	1.154.387	1.161.323	164.736	311.008	159.369	299.868
Energia bilateral	1.818.093	1.881.538	214.260	416.644	212.610	425.506
Cotas de Angra REN 530/12 (*)	118.926	118.926	11.952	28.324	11.202	24.922
Energia de curto prazo - CCEE (**)	3.313	-	49.635	80.200	1.370	3.165
Cotas Garantia Física-Res. Homol. ANEEL 1410 - Anexo I	755.805	711.317	49.113	88.041	42.146	75.174
Programa incentivo fontes alternativas energia - PROINFA	79.786	79.915	15.839	31.677	15.170	30.340
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	-	(55.262)	(103.177)	(47.855)	(92.736)
Total	4.565.448	4.601.599	543.015	1.013.921	471.933	906.439

(*) Contempla valor da REN 1.585/2013.

(**) Inclui demais custos na CCEE tais como, efeitos da CCEARs, liminares/ajuste de energia leilão, encargos de serviços do sistema e encargos de energia de reserva.

(***) Informações fora do escopo dos auditores independentes.

Notas Explicativas

27 Cobertura de seguros

A política de seguros da Companhia baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo -dos nossos auditores independentes.

As principais coberturas são:

Ramos	Data de Vencimento	Importância Segurada	Prêmio Anual	
			30/06/2018	31/12/2017
Riscos Operacionais	07/11/2018	63.000	903	903
Responsabilidade Civil Geral	23/11/2018	50.600	660	660
Frota- Danos Materiais, Corporais e Morais a Terceiros.	23/10/2018	Ate 360/veículos	267	267
Vida em Grupo e acidentes pessoais (*)	31/12/2018	103.535	611	286
Transporte Nacional	04/04/2019	Até 2.000/transporte	62	69
Responsabilidade Civil Administradores e Diretores (D&O)	26/11/2018	50.000	81	81
Responsabilidade do Explorador ou Transporte Aéreo- R.E.T.A (Drones)	01/01/2019	233	1	-
			2.585	2.266

(*) Importância Segurada relativa ao mês de maio/2018 e prêmio anualizado.

28 Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Em função de a Companhia ter classificado o contas a receber da concessão como melhor estimativa de valor justo por meio do resultado, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e respectivos ganhos no resultado do período de R\$131.611 (R\$17,498 em 30 de junho de 2017), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas na nota explicativa nº 14.

ATIVO	Nível	30/06/2018		31/12/2017	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo (reapresentado)
Custo amortizado					
Caixa e equivalente de caixa		19.622	19.622	243.496	243.496
Consumidores e concessionárias		975.697	975.697	830.812	830.812
Títulos de crédito a receber		19.108	19.108	20.331	20.331
Ativo financeiro setorial		326.817	326.817	251.656	251.656
		1.341.244	1.341.244	1.346.295	1.346.295
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	325.278	325.278	178.703	178.703
Conta a receber da concessão	3	1.915.113	1.915.113	1.827.340	1.827.340
Instrumentos financeiros derivativos	2	65.491	65.491	25.827	25.827
		2.305.882	2.305.882	2.031.870	2.031.870

Notas Explicativas

PASSIVO	Nível	30/06/2018		31/12/2017	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Custo amortizado					
Fornecedores		570.349	570.349	543.833	543.833
Empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamento mercantil e encargos de dívidas		2.722.679	2.726.050	2.327.442	2.329.832
Parcelamento de tributos		97	97	222	222
Parcelamento de taxas regulamentares		59.617	59.617	84.737	84.737
Incorporação de redes		142.246	142.246	185.905	185.905
Passivo financeiro setorial		276.501	276.501	280.879	280.879
		3.771.489	3.774.860	3.423.018	3.425.408
Valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros derivativos	2	9.899	9.899	9.403	9.403
		9.899	9.899	9.403	9.403

Derivativos

O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação.

A Companhia tem como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de *swap* e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação do dólar além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

Hedge Accounting

Em 01 de julho de 2015, a Companhia efetuou a designação formal de parte de suas operações de proteção do tipo “swap” (instrumento de hedge) para troca de variação cambial e juros, para variação do CDI como hedge accounting. Em 31 de março de 2017 essas operações, assim como as dívidas (objeto do hedge) estão sendo avaliadas de acordo com a contabilidade de “hedge” de valor justo. Em tais designações de hedge a Companhia documentou: (i) a relação de hedge; (ii) o objetivo e estratégia de gerenciamento de risco; (iii) a identificação do instrumento financeiro; (iv) o objeto ou transação coberta; (v) a natureza do risco a ser coberto; (vi) a descrição da relação de cobertura; (vii) a demonstração da correlação entre o hedge e o objeto de cobertura; e (viii) a demonstração da efetividade do hedge.

Os contratos de “swap” são designados e efetivos como “hedge” de valor justo em relação à taxa de juros e/ou variação cambial, quando aplicável. Durante o período, o “hedge” foi altamente efetivo na exposição do valor justo às mudanças de taxas de juros e, como consequência, o valor contábil das dívidas designadas como hedge foi impactado em R\$792 e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

Em jul/2017 a Companhia realizou a captação de R\$155.379, através da emissão de debentures e efetuou a designação formal de parte de suas operações de proteção do tipo “swap” (instrumento de hedge) para troca de variação de juros pré-fixado para pós-fixados em CDI e em out/2017, outra captação de R\$145.000 através da emissão de debentures e efetuou a designação formal de parte de suas operações de proteção do tipo “swap” (instrumento de hedge) para troca de variação de juros pré-fixado para pós-fixados em CDI.

Fair Value Option

A Companhia optou pela designação formal de novas operações de dívidas contratadas no primeiro trimestre de 2018, para as quais a Companhia possui instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo “swap” para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor

Notas Explicativas

justo (“Fair Value Option”) tem o intuito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento de determinados passivos, no qual de outra forma, surgiria. Assim, tanto os “swaps” quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo e tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação. Em 30 de junho de 2018, tais dívidas e derivativos, assim como os demais ativos e passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado tem quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua re-mensuração reconhecidos no resultado da Companhia.

Durante o período o valor contábil das dívidas designadas como “Fair Value Option” foi impactado em R\$6.693 (R\$4.766 em 30 de junho de 2017) e reconhecido como resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

Incertezas

Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

Administração financeira de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia.

A gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A partir da entrada da Energisa como acionista controladora da Rede Energia, a Diretoria adotou como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia.

A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

Gestão de Risco de Capital

O índice de endividamento no final do exercício é como segue:

	30/06/2018	31/12/2017
Dívida (1)	2.722.679	2.327.442
Caixa e equivalentes de caixa	(19.622)	(243.496)
Dívida líquida	2.703.057	2.083.946
Patrimônio líquido (2)	1.755.099	1.798.848
Índice de endividamento líquido	1,54	1,16

(1) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos, debêntures de curto e longo prazos (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme detalhado nas notas explicativas nº 18 e 19.

(2) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

a) Risco de liquidez

A administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia.

Notas Explicativas

A seguir, apresentamos a estratificação dos passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados. Não é esperado que possa ocorrer alterações significativas nos fluxos de caixa incluídos nesta análise.

	Taxa média de juros efetiva ponderada (%) meses	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	6,39%	496.058	62.263	20.754	-	-	579.075
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	7,37%	348.785	82.412	1.537.796	577.729	1.248.042	3.794.764
Parcelamentos de Taxas Regulamentares - Instrumentos Financeiros Derivativos	6,50%	27.821	26.753	8.918	-	-	63.492
		(3.477)	(6.282)	29.199	20.458	15.694	55.592
Total		869.187	165.146	1.596.667	598.187	1.263.736	4.492.923

O risco de liquidez representa o risco da Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, e também se antecipando para futuras necessidades de caixa.

b) Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” do Grupo Energisa.

O risco de crédito é representado por contas a receber, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a clientes inadimplentes. Adicionalmente, parte dos valores a receber relativos às transações de venda, compra de energia e encargos de serviço do sistema, realizados no âmbito da CCEE, está sujeita a modificações, dependendo de decisões de processos judiciais ainda em andamento, movidos por algumas empresas do setor. Esses processos decorrem da interpretação de regras do mercado, vigentes entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, período do Programa Emergencial de Redução de Energia Elétrica.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota	30/06/2018	31/12/2017
Caixa e equivalentes de caixa	5.1	19.622	243.496
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5.2	325.278	178.703
Consumidores e concessionárias	6	975.697	830.812
Títulos de crédito a receber	7	19.108	20.331
Ativos financeiros setoriais	10	326.817	251.656
Conta a receber da concessão	14	1.915.113	1.827.340
Instrumentos financeiros derivativos	28	65.491	25.827

c) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº 18, é composta de financiamentos obtidos junto a diversos agentes de fomento nacional (Eletrobrás e BNDES) e outras instituições do mercado de capitais. A taxa de juros é definida por estes agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo “método do custo amortizado” com base em suas taxas contratuais.

Notas Explicativas

Os resultados da Companhia são suscetíveis a variações dos passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano. A taxa de câmbio do dólar norte-americano encerrou o período findo em 30 de junho de 2018 com alta de 16,56% sobre 31 de dezembro de 2017, cotado a R\$3,8558/USD. A volatilidade do dólar norte-americano em 30 de junho de 2018 era de 18,93%, enquanto em 31 de dezembro de 2017 era de 11,95%.

Do montante das dívidas bancárias e de emissões da Companhia em 30 de junho de 2018 de R\$2.732.321(R\$2.338.899 em 31 de dezembro de 2017), R\$310.828 (R\$190.505 em 31 de dezembro de 2017) estão representados em dólares.

O empréstimo em dólar tem custo de variação cambial + libor + 1,80% ao ano e possui vencimento de longo prazo, em junho de 2022.

O balanço patrimonial em 30 de junho de 2018, apresenta, R\$65.491 (R\$25.827 em 31 de dezembro de 2017) no ativo não circulante e R\$9.759 (R\$9.403 em 31 de dezembro de 2017) no passivo circulante e R\$140 no passivo não circulante, ao câmbio e aos juros, originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação do dólar. Não se trata de valores materializados, pois refletem os valores da reversão dos derivativos na data de apuração, o que não corresponde ao objetivo de proteção das operações de hedge e não reflete a expectativa da Administração. À medida que os limitadores estabelecidos para as operações vigentes não forem ultrapassados, conforme abaixo descrito, deverá ocorrer à reversão do lançamento de marcação a mercado ora refletido nas demonstrações financeiras. Por outro lado, uma maior deterioração da volatilidade, do cupom cambial e da cotação do dólar poderão implicar no aumento dos valores ora contabilizados.

A Companhia possui proteção contra variação cambial adversa de 100% dos financiamentos atrelados ao dólar, protegendo o valor principal e dos juros até o vencimento. As proteções acima estão divididas nos instrumentos descritos a seguir:

Operação	Notional (USD)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
Resolução 4131 - Bank of America ML	28.235	(Libor + 1,60%) x 117,65%	CDI + 1,70%	15/06/2020	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	14.351	(Libor + 1,70%) x 117,65%	CDI + 1,53%	21/06/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	14.351	(Libor + 1,80%)	CDI + 1,53%	21/06/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	24.615	VC + (Libor + 1,20%) x 117,65%	CDI + 1,43%	15/01/2021	Fair Value Option

Adicionalmente, a Companhia possui operações de swap de taxa de juros (taxas pré-fixadas, CDI) associada ao "Notional" de seu endividamento em moeda local (Reais). As operações de swap de juros estão relacionadas a seguir:

Operação	Notional (BRL)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
Itaú BBA X EMT	81.885	IPCA + 5,60%	101,75% CDI	15/06/2022	Fair Value Hedge
Itaú BBA X EMT	73.494	IPCA + 5,66%	102,65% CDI	14/06/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMT	10.544	IPCA + 4,49%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMT	1.965	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMT	3.657	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge

Notas Explicativas

De acordo com o CPC 40, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia, cujos valores não foram contabilizados como “fair value hedge”, vigentes em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017:

Fair Value Option	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	30/06/2018	31/12/2017		30/06/2018	31/12/2017
Dívida designada para “Fair Value Option”	260.000	180.000	Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(310.449)	(190.505)
			Posição Ativa		
			Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	310.449	190.505
Swap Cambial (Derivativo)	260.000	180.000	Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	(261.690)	(180.475)
			Posição Líquida Swap	48.759	10.030
			Posição Líquida Dívida + Swap	(261.690)	(180.475)

A Companhia designa certos instrumentos de “hedge” relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como “hedge” de valor justo (“fair value hedge”), conforme demonstrado abaixo:

Fair Value Hedge	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	30/06/2018	31/12/2017		30/06/2018	31/12/2017
Dívida (Objeto de Hedge) *	171.545	171.545	Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(179.529)	(183.930)
			Posição Ativa		
			Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	179.436	183.943
Swap de Juros (Instrumento de Hedge)	171.545	171.545	Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	(172.603)	(177.549)
			Posição Líquida Swap	6.833	6.394
			Posição Líquida Dívida + Swap	(172.696)	(177.536)

(*) Os empréstimos designados formalmente como “Fair Value Hedge” são reconhecidos a valor justo na proporção da parcela efetiva em relação ao risco que está sendo protegido.

O valor justo dos derivativos contratados pela Companhia em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 18 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia não tem por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como Valor Justo - conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A Marcação a Mercado (MtM) das operações da Companhia foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. No caso das opções, é utilizado para cálculo do MtM uma variante da fórmula de Black & Scholes, destinada ao cálculo do prêmio de opções sobre moeda. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom de Dólar, foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de dólar também foram obtidas na BM&F.

Notas Explicativas

Análise de Sensibilidade

De acordo com a Instrução CVM 475/2008 e a Deliberação nº 604/2009, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros estão expostos, conforme demonstrado:

a) Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial de 30 de junho de 2018, com a simulação dos efeitos nas informações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das informações financeiras intermediárias):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (1)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(260.000)		(211.979)	(277.586)	(343.193)
Variação Dívida	-		(48.021)	17.586	83.193
Swap Cambial					
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros Derivativos - USD e LIBOR	310.449		262.428	328.035	393.642
Variação - USD e LIBOR	-		48.021	(17.586)	(83.193)
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros Derivativos - Taxa de Juros CDI	(261.690)	Alta USD	(261.690)	(261.690)	(261.690)
Variação - Taxa de Juros CDI	-		0,00	0,00	0,00
Subtotal	48.759		738	66.345	131.952
Total Líquido	(211.241)		(211.241)	(211.241)	(211.241)

(1) O cenário provável é calculado a partir da expectativa do dólar futuro do último boletim Focus divulgado para a data de cálculo. Os cenários de deterioração de 25% e de deterioração de 50% são calculados a partir da curva do cenário provável. Nos cenários a curva de dólar é impactada, a curva de CDI é mantida constante e a curva de cupom cambial é recalculada. Isto é feito para que a paridade entre dólar spot, CDI, cupom cambial e dólar futuro seja sempre válida.

Os derivativos no “Cenário Provável”, calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa prefixada brasileira em reais para 30 de junho de 2018, atingem seu objetivo, o que é refletido no valor presente negativo de R\$211.241 que serve para mostrar a efetividade da mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada), maiores serão os resultados positivos dos *swaps*. Por outro lado, com os cenários de deterioração do real frente ao dólar, de 25% e 50%, o valor presente seria negativo de R\$211.241 em ambos os casos.

Notas Explicativas

b) Variação das taxas de juros

Considerando a manutenção da exposição às taxas de juros de 30 de junho de 2018, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras intermediárias):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Local - Taxa de Juros	(171.545)		(171.545)	(171.545)	(171.545)
Variação Dívida	-		-	-	-
Swap de Juros		Alta CDI			
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros Derivativos - Taxa Pré	179.436		179.436	179.436	179.436
Variação	-		-	-	-
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros Derivativos - CDI	(172.603)		(172.603)	(190.110)	(207.622)
Variação	-		-	(17.507)	(35.019)
Subtotal	6.833		6.833	(10.674)	(28.186)
Total Líquido	(164.712)		(164.712)	(182.219)	(199.731)

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 30 de junho de 2018 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (CDI = 3,17% ao ano e TJLP = 3,28% ao ano) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	328.382	Alta do CDI	21.016	26.270	31.524
Instrumentos financeiros passivos:					
Swap	(261.690)	Alta do CDI	(16.748)	(20.935)	(25.122)
Empréstimos, financiamentos e debêntures.	(1.889.437)	Alta do CDI	(120.924)	(151.155)	(181.386)
	(178.654)	Alta do IPCA	(4.645)	(5.806)	(6.968)
	(353.402)	Alta do TR	-	-	-
Subtotal (**)	(2.683.183)		(142.317)	(177.896)	(213.476)
Total (Perdas)	(2.354.801)		(121.301)	(151.626)	(181.952)

(*) Considera o CDI de 30 de junho de 2019 (6,40% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 30 de junho de 2018, IPCA 2,60% ao ano e TR 0,0% ao ano.

(**) Não inclui as operações pré-fixadas no valor de R\$49.138.

Gestão de risco de capital

O risco de liquidez representa o risco da Companhia enfrenar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, e também se antecipando para futuras necessidades de caixa.

Notas Explicativas

29 Benefícios pós-emprego

Plano de Aposentadoria e Pensão

A Companhia é patrocinadora de planos de benefícios previdenciários aos seus empregados, na modalidade de contribuição definida e de benefício definido, sendo para este último vedado o ingresso de novos participantes e os atuais neles inscritos, estão na condição de assistidos. O plano de benefício definido é avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, visando verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamento atuais e futuros.

Em 30 de junho de 2018, a despesa de patrocínio a esses planos foi de R\$3.274 (R\$3.513 em 30 de junho de 2017).

Plano de saúde

A Companhia mantém benefício pós emprego, de Assistência Médico-Hospitalar para os empregados ativos, aposentados e pensionistas e seus dependentes legais. As contribuições mensais da Companhia correspondem aos prêmios médios calculados pela Seguradora, multiplicado pelo número de vidas seguradas. Esses prêmios são reajustados anualmente, em função da sinistralidade, pela variação dos custos médicos e hospitalares, dos custos de comercialização, e de outras despesas incidentes sobre a operação do seguro, com o objetivo de manter o equilíbrio técnico-atuarial da apólice. As contribuições arrecadadas dos aposentados, pensionistas e ex-funcionários são reajustadas pela inflação (INPC). No período findo em 30 de junho de 2018 as despesas com o plano de saúde foram de R\$7.889 (R\$7.917 em 30 de junho de 2017).

30 Compromissos

A Companhia possui compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia, como segue:

Contratos de compra de energia (*)					
Vigência	2018	2019	2020	2021	Após 2021
2018 A 2049	653.762	1.543.084	1.564.580	1.593.463	20.617.970

(*) Não estão incluídos os valores referentes à Quota do Proinfa e Itaipu.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço médio corrente findo do período de 30 de junho de 2018 e foram homologados pela ANEEL.

Notas Explicativas

31 Informações adicionais aos fluxos de caixa

Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são:

	30/06/2018	31/12/2017
Outras transações não caixa		
Contas a receber da concessão - Bifurcação de Ativo	(20.375)	433.949
Contas a receber da concessão - Valor justo do ativo indenizável da Concessão	131.611	46.717
Atividades Operacionais		
Pagamento de Fornecedores a prazo	44.891	29.134
Incorporação de redes - transferência para obrigações especiais	4.953	41.277
Atividades de Investimentos		
Aquisição de intangível com pagamento a prazo	44.891	29.134
Obrigações especiais - transferência para incorporação de redes	4.953	41.277
Atividades de Financiamento		
Venda da aeronave		
Atividades operacionais		
Outras Contas a Receber	-	11.630
Depósitos e Cauções Vinculados	-	9.661
Impostos a recuperar	-	5.620
Tributos e contribuições sociais	-	3.593
Atividades de investimentos		
Intangível	-	1.718
Atividades de financiamento		
Arrendamento mercantil	-	32.222

32 Eventos Subsequentes

. Bandeiras tarifárias:

A ANEEL definiu a aplicação da Bandeira Vermelha Patamar II para os meses de julho e agosto de 2018, resultado de análises do cenário hidrológico do país.

. Antecipação de dividendos do exercício 2018:

O Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 08 de agosto de 2018, aprovou a distribuição de dividendos intermediários à conta dos resultados do exercício de 2018, apurados no balanço levantado pela Companhia em 30 de junho de 2018, no montante de R\$124.623, equivalentes a R\$0, 0,58533 por ação ordinária e preferencial do capital social, a ser quitado integralmente em 31 de agosto de 2018.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório do Auditor Independente sobre Revisão de Informações Trimestrais

Aos

Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Energisa Mato Grosso – Distribuidora de Energia S.A.

Cuiabá – MT

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Energisa Mato Grosso – Distribuidora de Energia S.A. (“Companhia”) contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - (R1) Demonstração Intermediária, e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Em 9 de agosto de 2017, emitimos um relatório de revisão sem modificação sobre as informações financeiras intermediárias relativas ao trimestre findo em 30 de junho de 2017. Conforme mencionado na nota explicativa 3.2, em decorrência das mudanças nas práticas contábeis adotadas pela Companhia a partir de 31 de dezembro de 2017, os valores correspondentes referentes ao período anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados pelas razões mencionadas na referida nota explicativa 3.2. Nossa presente conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2018, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações financeiras intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 8 de agosto de 2018.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC - 2SP 015.199/O-6

Roberto Cesar Andrade dos Santos

Contador CRC - 1RJ 093.771/O-9

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Não se aplica à Companhia.

Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

Não se aplica à Companhia.

Pareceres e Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)

Não se aplica à Companhia.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores da Energisa Mato Grosso – Distribuidora de Energia S.A. (“Companhia”) sobre as Demonstrações Financeiras do período de 1º de janeiro de 2018 a 30 de junho de 2018

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos do art. 25, § 1º, VI, da Instrução CVM nº 480/09, que, em reunião realizada nesta data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as Demonstrações Financeiras da Companhia, tendo aprovado o referido documento.

Cuiabá, 8 de agosto de 2018.

Riberto José Barbanera

Diretor-Presidente

Maurício Perez Botelho

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Fernando Cezar Maia

Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

Amaury Antonio Damiance

Diretor Técnico e Comercial

José Marcos Chaves de Melo

Diretor sem designação específica

Gioreli de Sousa Filho

Diretor sem designação específica

Roberto Carlos Pereira Currais

Diretor sem designação específica

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores da Energisa Mato Grosso – Distribuidora de Energia S.A. (“Companhia”) sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos do art. 25, § 1º, V, da Instrução CVM nº 480/09, que, em reunião realizada nesta data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, sobre as Demonstrações Financeiras Trimestrais do período de 1º de janeiro de 2018 a 30 de junho de 2018, tendo aprovado o referido documento.

Cuiabá, 8 de agosto de 2018.

Riberto José Barbanera

Diretor-Presidente

Maurício Perez Botelho

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Fernando Cezar Maia

Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

Amaury Antonio Damiance

Diretor Técnico e Comercial

José Marcos Chaves de Melo

Diretor sem designação específica

Gioreli de Sousa Filho

Diretor sem designação específica

Roberto Carlos Pereira Currais

Diretor sem designação específica